



**Escola Superior
Agrária**

Politécnico de Coimbra

ESCOLA SUPERIOR AGRÁRIA
INSTITUTO POLITÉCNICO DE COIMBRA

**MESTRADO EM GESTÃO DE EMPRESAS
AGRÍCOLAS**

Daniela Francisca Bernardes Lopes

**Impacto socioeconómico das cooperativas pecuárias na
qualidade de vida dos produtores na ilha de S. Tomé**

Coorientadora: Maria Isabel Ribeiro Dinis

Coorientadora: Paula Marisa Nunes Simões

Coimbra, 2023



**Escola Superior
Agrária**

Politécnico de Coimbra

ESCOLA SUPERIOR AGRÁRIA
INSTITUTO POLITÉCNICO DE COIMBRA

**MESTRADO EM GESTÃO DE EMPRESAS
AGRÍCOLAS**

Daniela Francisca Bernardes Lopes

**Impacto socioeconómico das cooperativas pecuárias na
qualidade de vida dos produtores na ilha de S. Tomé**

Dissertação apresentada à Escola Superior Agrária de Coimbra para
cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de
mestre em **GESTÃO DE EMPRESAS AGRÍCOLAS**

Coorientadora: Maria Isabel Ribeiro Dinis

Coorientadora: Paula Marisa Nunes Simões

Coimbra, 2023

Agradecimentos

Com o culminar desta fase é fundamental agradecer a quem esteve presente e me deu apoio nos últimos dois anos, nesta jornada.

Quero começar por agradecer às minhas orientadoras, Dr.^a Paula Simões e Dr.^a Isabel Dinis toda a disponibilidade e apoio demonstrados, peças chave para o sucesso deste trabalho.

Os meus sinceros agradecimentos à PROCURA Missões Claretianas, nomeadamente, ao seu responsável Pe. João Luís, que desde logo se mostrou disponível em apoiar a minha viagem para São Tomé.

Agradecer, também, aos responsáveis pelo Projeto Casa Claret em São Tomé, o Vítor e a Céu, e aos jovens são-tomenses que colaboram connosco, todo o apoio, a amizade e a hospitalidade que me fizeram sentir em casa.

Ao meu orientador no terreno, o Eudilésio Espírito Santo, ao Diretor da Pecuária, Kleyder Teixeira e a toda a sua equipa, e ao Ministro da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas, Abel Bom Jesus, que possibilitaram o contacto com todos os produtores são-tomenses e contribuíram, também, para a realização deste trabalho.

Ao engenheiro Horácio Cravid, membro do projeto COMPRAN e à equipa da ONG Zatona - ADIL, que se disponibilizaram em ajudar na obtenção de informações relativamente ao setor pecuário e ao cooperativismo no país.

Agradecer aos produtores de São Tomé pela colaboração e hospitalidade, deixando-me conhecer a sua exploração e práticas de manejo utilizadas, fornecendo-me todas as informações necessárias para a elaboração do trabalho e, também, dando-me a conhecer melhor a realidade do setor neste país.

Aos meus amigos, que me apoiaram e encorajaram para avançar com a ideia de desenvolver o meu trabalho de investigação tão longe de casa.

Por fim, agradecer à minha família, que mesmo longe, contribuiu e acompanhou todo o processo, dando-me força e alento.

Resumo

O cooperativismo nos países em desenvolvimento tem um impacto muito significativo, visto que é uma das chaves para a redução da pobreza. E em São Tomé e Príncipe não é exceção. Este trabalho pretende caracterizar o setor pecuário, descrever o processo histórico de criação e consolidação das cooperativas/associações pecuárias na ilha de S. Tomé e analisar o impacto socioeconómico destas organizações na qualidade de vida dos seus membros e na viabilidade das suas explorações agropecuárias.

Para tal recorreu-se à técnica de amostragem intencional para a recolha de dados junto dos produtores, tentando escolher produtores mais ativos e com pagamento de quotas regularizado, além de estarem distribuídos por todos os distritos da ilha. A análise dos dados permite afirmar que 57% dos produtores melhorou a sua qualidade de vida, identificando diversos benefícios relativamente à participação nesta estrutura, realce para o aumento do rendimento obtido, e 84% acredita que a cooperativa desempenha um papel crucial na melhoria das condições de vida de todos os produtores membros, contribuindo para o acesso a melhores condições de educação, saúde e habitação.

Através dos resultados obtidos, percebeu-se que as cooperativas pecuárias contribuem com muitos benefícios para os produtores associados e melhoram a sua qualidade e condições de vida, além de contribuírem para o desenvolvimento de toda a comunidade. No entanto, é preciso ainda, conduzir estudos relativamente à perpetuação das cooperativas no tempo e sua sustentabilidade.

Palavras-chave: cooperativismo; São Tomé e Príncipe; setor pecuário; impacto socioeconómico; explorações agropecuárias

Abstract

Cooperativism in developing countries has a very significant impact, as it is one of the keys to reducing poverty. And Sao Tome and Principe is no exception. This work aims to characterize the livestock sector, describe the historical process of creation and consolidation of livestock cooperatives/associations on the island of S. Tome and analyze the socioeconomic impact of these organizations on the quality of life of their members and the viability of their agricultural holdings.

To this end, the intentional sampling technique was used to collect data from producers, trying to choose more active producers with regular quota payments, in addition to being distributed across all districts of the island. Data analysis allows us to state that 57% of producers improved their quality of life, identifying several benefits regarding participation in this structure, highlighting the increase in income obtained, and 84% believe that the cooperative plays a crucial role in improving conditions of living conditions for all member producers, contributing to access to better education, health and housing conditions.

Through the results obtained, it was clear that livestock cooperatives bring many benefits to associated producers and improve their quality and living conditions, in addition to contributing to the development of the entire community. However, it is still necessary to conduct studies regarding the perpetuation of cooperatives over time and their sustainability.

Keywords: cooperativism; Sao Tome and Principe; livestock sector; socioeconomic impact; agricultural holdings

Índice

Agradecimentos.....	3
Resumo.....	4
Abstract	5
Índice de figuras	7
Índice de tabelas	8
Abreviaturas	9
1. Introdução	10
2. Revisão da literatura	11
2.1. Breve análise socioeconómica.....	11
2.2. Caracterização do setor pecuário.....	13
2.3. Impacto das cooperativas nos países em desenvolvimento	17
2.3.1. Definição de cooperativas e seus objetivos.....	18
2.3.2. Princípios e valores do cooperativismo.....	19
2.3.3. Vantagens e desafios das cooperativas pecuárias	20
2.3. Cooperativas pecuárias na ilha de S. Tomé.....	27
3. Metodologia.....	31
3.1. Descrição da área de estudo.....	31
3.2. Recolha de dados	33
3.3. Análise de dados	34
4. Resultados e discussão	35
4.1. Caracterização sociodemográfica.....	35
4.2. Caracterização da produção.....	39
4.3. Caracterização do impacto da adesão às cooperativas	43
5. Conclusão.....	53
Referências bibliográficas	56
Apêndices	59

Índice de figuras

Figura 1 - Mapa da ilha de S. Tomé com nº de produtores inquiridos em cada distrito	34
Figura 2 – Número de produtores inquiridos por distrito.....	35
Figura 3 – Média do número de elementos do agregado familiar por distrito	36
Figura 4 – Estado civil dos produtores.....	37
Figura 5 – Grau de escolaridade dos produtores inquiridos.....	37
Figura 6 – Principal fonte de rendimento dos produtores	39
Figura 7 – Principais motivos dos produtores na escolha de determinada espécie para produção	42
Figura 8– Áreas nas quais os produtores gostariam de obter mais informação	46
Figura 9 – Locais de escoamento dos produtos produzidos pelos membros da cooperativa ...	48
Figura 10 – Requisitos assinalados pelos produtores para serem membros de uma cooperativa	49
Figura A1 – Percentagem de produtores que produz as diversas espécies animais	59
Figura A2 - Percentagem de produtores que apresenta 1 ou mais motivos para se associar a uma cooperativa	61
Figura A3 - Locais de escoamento dos produtos	61
Figura A4 - Número de requisitos assinalados pelos produtores para integrar a cooperativa .	62
Figura A5 - Número de benefícios assinalados pelos produtores associados	62

Índice de tabelas

Tabela 1 – Idade média dos produtores inquiridos e por distrito	36
Tabela 2 – Situação Profissional dos produtores questionados.....	38
Tabela 3 – Perceção relativa ao rendimento do agregado familiar	39
Tabela 4 – Número e percentagem de produtores que produz cada espécie animal	40
Tabela 5 – Número médio de animais produzidos por espécie e por produtor	41
Tabela 6 – Principais razões dos produtores para se associarem numa cooperativa.....	44
Tabela 7 – Principal motivo para os produtores fazerem parte de uma cooperativa	45
Tabela 8 – Benefícios referidos pelos membros da cooperativa	50
Tabela 9 – Desafios identificados pelos produtores na sua exploração pecuária.....	51
Tabela A1 – Número de animais produzidos pelos produtores inquiridos	59
Tabela A2 – Lista de cooperativas/associações e número de produtores questionados em cada uma	60

Abreviaturas

CCASCOB – Cooperativa de criadores de aves, suínos, caprinos, ovinos e bovinos
CIAT – Centro de Investigação Agronómica e Tecnológica
COMPRAN – Projeto de apoio à comercialização, produtividade agrícola e nutrição
COOPAVE-STP – Cooperativa de Pequenos Criadores de Aves de São Tomé e Príncipe
FAO – Food and Agricultural Organization
FIDA – Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola
GEF – Global Environment Facility
ICA – International Cooperative Alliance
IDH – Índice de Desenvolvimento Humano
IFAD – International Fund for Agricultural Development
ONG – Organização Não Governamental
PADP – Fase II – Projeto de Apoio ao Desenvolvimento Pecuário Fase II
PAPAC – Smallholder Commercial Agriculture Project
PIB – Produto Interno Bruto
PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
STP – São Tomé e Príncipe
UNDP – United Nations Development Programme
Zatona-ADIL – Apoio ao Desenvolvimento de Iniciativas Locais

1. Introdução

São Tomé e Príncipe é um pequeno país em desenvolvimento localizado na linha do Equador e esquecido por muitos. Desta forma, com a vontade de dar a conhecer esta ilha e o seu potencial agropecuário, além da forte componente do cooperativismo nos países em desenvolvimento na luta contra a pobreza, realizou-se este trabalho de investigação.

Este trabalho foi desenvolvido com os seguintes objetivos: caraterizar o setor pecuário na ilha de S. Tomé, descrever o processo histórico de criação e consolidação das cooperativas/associações pecuárias na ilha e analisar o impacto das cooperativas pecuárias na qualidade de vida dos seus membros e na viabilidade das suas explorações agropecuárias.

Por existirem poucos trabalhos de investigação a serem desenvolvidos na área de estudo, o foco deste trabalho é gerar informação pertinente relativamente à produção animal e ao impacto das organizações de produtores pecuários na sua qualidade de vida e do seu agregado familiar em S. Tomé. Assim, através deste estudo, os responsáveis pelo setor pecuário e pelo associativismo e cooperativismo no país podem ficar alerta para as vantagens que surgem para os membros das organizações de produtores e, conseqüentemente, para toda a comunidade, tentando incrementar e investir em ambas as áreas.

Para tal, foi realizado um inquérito, com questões maioritariamente fechadas, aos produtores pecuários pertencentes a várias cooperativas distribuídas pelos 6 distritos da ilha. Este questionário foi aplicado no terreno, junto dos produtores, sendo que para a seleção dos mesmos usou-se a técnica da amostragem intencional, tentando-se escolher os produtores com maior atividade na cooperativa e com o pagamento das quotas regularizado. Por sua vez, com os dados recolhidos, construiu-se uma base de dados em Excel, procedendo-se à sua análise.

Numa primeira fase, realizou-se uma breve análise socioeconómica e caraterização do setor pecuário do país. Num segundo momento, efetuou-se a revisão da literatura relativa ao impacto socioeconómico das cooperativas nos países em desenvolvimento, focando-se a definição e objetivos destas estruturas, os princípios e valores do cooperativismo e as vantagens e desafios das cooperativas/associações pecuárias. De seguida, fez-se uma contextualização relativa às cooperativas pecuárias existentes na ilha de S. Tomé. Por fim, procedeu-se à apresentação da metodologia utilizada, resultados obtidos e respetivas conclusões.

2. Revisão da literatura

2.1. Breve análise socioeconómica

São Tomé e Príncipe (STP) é um pequeno estado insular, localizado no Golfo da Guiné, na linha do Equador. É um país composto por duas ilhas principais: São Tomé, com cerca de 859 km² de superfície, constituída por seis distritos, e Príncipe, com uma área de 142 km² e um distrito (Gomes et al., 2018). Predomina um clima quente, tropical húmido e que apresenta uma grande diversidade microclimática. Desta forma, devido às condições climáticas descritas assume-se como um país com elevado potencial agrícola e pecuário.

O país tem, aproximadamente, 223 107 habitantes (*DataBank World Development Indicators*, 2021), mas regista-se um elevado crescimento da população, que é maioritariamente jovem e sem acesso a emprego e recorre a atividades informais e de subsistência.

STP é um país em desenvolvimento, de rendimento baixo a médio, com uma economia frágil, devido à sua vulnerabilidade a choques externos. Além disso, devido à sua natureza insular, muitos são os constrangimentos para investidores externos que, aliados a um setor privado fraco e à escassez de capital humano, contribuem para o aumento da fragilização económica do país (World Bank Group, 2022).

De acordo com o *World Bank Group* (2022) as oportunidades de crescimento neste país são muito limitadas, não só devido ao subdesenvolvimento das infraestruturas existentes, nomeadamente no que diz respeito às questões de acesso à eletricidade, mas também devido às características da mão-de-obra.

A situação socioeconómica do país pode ser caracterizada com recurso a diversos indicadores, de entre os quais destacamos: Produto Interno Bruto (PIB) e PIB *per capita*, Taxa de Inflação, Taxa de Desemprego, Taxa de Pobreza e Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).

O PIB é a soma do valor acrescentado bruto gerado por todos os produtores residentes na economia adicionadas as taxas sobre os produtos e subtraídos os subsídios não incluídos no valor dos produtos. O valor do PIB, a preços correntes, no ano de 2021, era de 478 237 133,16€. Por sua vez, o PIB *per capita*, que representa a divisão do PIB pela população, registado a

preços correntes no ano de 2021, é de cerca de 2175,46€ (World Bank, 2021). Em comparação, no mesmo ano, a União Europeia apresentava um PIB *per capita* de 35429,19€ (CEIC Data, 2021).

A Inflação, calculada com base no índice de preços no consumidor, representa a variação percentual no custo de aquisição, para o consumidor médio, de um cabaz de bens e serviços, que podem ser fixos ou variáveis, em intervalos específicos, por exemplo, anualmente. A Taxa de Inflação em 2018, registou o valor de 7,9% (World Bank, 2018). No entanto, nos últimos anos, esta sofreu um acréscimo significativo, o que constituiu um grande choque para a economia são-tomense, representando um aumento do custo de vida para os habitantes do arquipélago. Este aumento da taxa de inflação provém do aumento global dos preços ao nível das importações, dos preços elevados dos alimentos locais devido à utilização de matérias-primas mais caras e dos ajustes dos preços do combustível (World Bank Group, 2022).

A Taxa de Desemprego representa a percentagem da força de trabalho que está sem emprego, mas que se encontra disponível para trabalhar e à procura de emprego. De acordo com os dados do *World Bank* (2021), a taxa de desemprego registada no ano de 2021 é de cerca de 15,3%, sendo a taxa de desemprego masculina de 11,8% e a feminina de 21,9%.

No que diz respeito à Taxa de Pobreza, esta representa a percentagem da população que vive com menos de 1,98€/dia a preços ajustados ao poder de compra de 2017. Tendo em conta as informações recolhidas pelo *World Bank Group* (2022), esta mantém-se elevada, com cerca de 15,3% da população a viver com menos de 1,98€/dia (abaixo do limiar de pobreza). Ao mesmo tempo, 29% da população vive com menos de 3,36€/dia, valor este que corresponde à linha de pobreza para países de rendimento baixo a médio.

De acordo com o *United Nations Development Programme* (2023), o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) permite medir o progresso a longo prazo nas três dimensões-chave do desenvolvimento humano: uma vida longa e saudável, ser instruído e ter um padrão de vida decente. O IDH é um índice composto, calculado pela média geométrica dos índices normalizados para cada uma das três dimensões: saúde, educação e padrão de vida.

Na avaliação da dimensão saúde considera-se a esperança média de vida à nascença. A dimensão educação é medida pela média de anos de escolaridade para adultos com 25 anos e os anos de escolaridade esperados para crianças em idade de entrada na escola. Por sua vez, a

dimensão referente ao padrão de vida é medida pelo rendimento nacional bruto *per capita*. O IDH registado em STP no ano de 2021 é de 0,618, encontrando-se o país na 138.^a posição numa lista de 191 países (Countryeconomy, 2021).

Mesmo com a elevada inflação e crescimento populacional superior ao crescimento económico, o crescimento da agricultura, setor chave na criação de empregos, permitiu sustentar o rendimento familiar de modo a evitar o aumento do nível de pobreza (World Bank Group, 2022).

2.2. Caraterização do setor pecuário

Tal como já referido, STP é um país com condições favoráveis à prática agrícola e produção pecuária. O setor primário, que engloba a agricultura propriamente dita, a pecuária, as florestas e a pesca, representa, neste país em desenvolvimento, um papel crucial, tendo no ano de 2021 contribuído com, sensivelmente, 13,95% para o PIB do país, enquanto o setor dos serviços e da indústria contribuíram com 72,25% e 11,86%, respetivamente (*DataBank World Development Indicators*, 2021). Juntamente com outras componentes associadas ao setor agroalimentar, como, por exemplo, serviços, transformação, distribuição alimentar, entre outros, o setor primário representa a base do PIB do país e de qualquer estratégia de desenvolvimento do mesmo. O setor agroalimentar ocupa cerca de 80% da população ativa do país. O setor agrícola, no ano de 2019, empregava cerca de 19% da população ativa, sendo esse valor de 24% para os homens e de 9% para as mulheres (World Bank, 2019).

Em STP a agricultura é maioritariamente familiar, de pequena dimensão económica e territorial. Estima-se que 90% da agricultura praticada no país é realizada por pequenos produtores e essencialmente através de mão de obra familiar, onde as mulheres desempenham um papel fundamental (Sarmiento, 2021). De acordo com o mesmo autor, em 2021, existiam no país, cerca de 12 000 produtores.

Segundo Gomes et al. (2018), a agricultura familiar consegue suprir as necessidades relativamente a algumas culturas produzidas localmente, como a banana, a matabala, a mandioca, a fruta pão, os hortícolas, etc. Já a produção de alimentos de origem animal apenas cobre 59% das necessidades totais sentidas pelo povo são-tomense que, de acordo com as

indicações da FAO, são de 10kg/habitante/ano. Assim, o país é deficitário na produção de carne e produtos lácteos, tendo de recorrer às importações.

De acordo com Sarmiento e Ferreira (2021), as importações de carne correspondem a 75% da carne disponível para consumo da população, o que indica que STP ainda tem um longo caminho a percorrer no que diz respeito ao alcance da autossuficiência na produção de carne e seus derivados. Relativamente às exportações de animais vivos e alimentos, no período de 2019/2020 estas representavam cerca de 57% do valor de todos os bens exportados. No que diz respeito às importações, estas correspondiam a 24,2% do conjunto de bens importados (OECD/World Trade Organization, 2022).

Tendo em conta os dados disponíveis no relatório da OECD/WTO (2022), o setor agrícola representa cerca de 92% do total de exportações do país e, por outro lado, corresponde a 39% das importações.

Apesar da maior parte dos produtos de origem animal serem importados, já existem no país produtores com dimensão significativa e elevado investimento que, no entanto, enfrentam vários desafios e constrangimentos.

Gomes et al. (2018) fizeram o levantamento dos dados referentes aos efetivos das diferentes espécies animais existentes no país, que são apresentados de seguida.

O efetivo bovino, no ano de 2016, era de 1362 cabeças, tendo-se registado um aumento desde 2005, ano em que havia apenas 834 cabeças no país. Os dados recolhidos e as previsões efetuadas, indicam que o peso médio da carcaça dos bovinos do arquipélago no ano de 2016 era de 180 kg. Por outro lado, tendo em consideração os dados recolhidos, mais recentemente, pelo *International Fund for Agricultural Development* (2021), o número de bovinos não seria superior a 1500 cabeças entre os anos de 2019 a 2021.

Em contrapartida, regista-se um maior número de animais de médio porte, como é o caso dos ovinos, caprinos e suínos. Estas espécies constituem uma das maiores fontes de proteína animal e, também, de melhoria do rendimento da população. São espécies menos exigentes do ponto de vista nutricional quando comparadas com os bovinos e, por essa razão, é maior o número de produtores que aposta nestas espécies.

O efetivo suíno, ovino e caprino tem aumentado ao longo do tempo. Tendo em conta os dados obtidos, em 2007 estavam registados 25477 caprinos e em 2016 o efetivo era composto por 30643 animais, correspondendo a um aumento de 20%. No entanto, de 2014 a 2016, verificou-se um decréscimo no número de animais.

No que diz respeito aos ovinos, estes têm um efetivo menor, quando comparado com as restantes espécies de porte médio, não obstante ter havido também um aumento do seu número ao longo dos anos. Em 2007 e 2016 existiam, respetivamente 2442 e 3404 animais, correspondendo a um crescimento de 39%. Tendo em conta a informação recolhida pelo IFAD (2021), no período de 2019 a 2021 existiriam em STP cerca de 30000 caprinos e 3500 ovinos.

Relativamente à produção de suínos, esta registou um acréscimo de 31% entre 2007 e 2016, dado que em 2007 existiam 26984 suínos e em 2016 registou-se um efetivo de 35319 animais. Mas, em 2017, o efetivo de suínos era relativamente inferior ao ano anterior, existindo no país cerca de 32683 animais. Os suínos, entre 2019 e 2021 seriam de, aproximadamente, 30000 animais (IFAD, 2021).

A produção avícola, por outro lado, é a atividade com maior interesse para os produtores pecuários, encontrando-se espalhada por todo o país e é praticada pela maioria das famílias, nomeadamente, nas comunidades rurais.

Em STP existem já algumas unidades semi-industrializadas para a produção de frangos e ovos, estando a maior unidade de produção de frangos e ovos localizada no distrito de Lobata. Estima-se que no ano de 2016 existiriam cerca de 280000 aves, das quais 3590 galinhas poedeiras. Por outro lado, considerando as informações recolhidas pelo IFAD (2021), existiriam cerca de 2500 galinhas poedeiras e produzir-se-iam, por ano, cerca de 250000 frangos de carne, entre 2019 e 2021.

No que diz respeito à produção de ovos pelas galinhas nacionais, assume-se que estas põem, sensivelmente, 40 ovos por ano. Este nível de produtividade pode ser melhorado para valores na ordem dos 80 a 100 ovos por ano. Este progresso ao nível da produtividade baseia-se, principalmente, na melhoria da alimentação das aves.

Os principais constrangimentos para a produção pecuária em STP, de acordo com Gomes et al. (2018), são o elevado preço das matérias-primas necessárias à produção que, devido à insularidade e reduzida dimensão do mercado, são todas importadas. Por outro lado, a falta de infraestruturas especializadas e desenvolvidas não cria condições favoráveis para a instalação e desenvolvimento das indústrias transformadoras quando comparadas com outros países.

Persiste também um problema ao nível da formação agropecuária no país, não só devido ao sistema de ensino deficitário que não incentiva o aparecimento de quadros técnicos capazes de prestar consultoria técnica adequada aos produtores, mas também à falta de interesse por parte dos habitantes são-tomenses em trabalhar no setor. Desta forma, nota-se a falta de mão de obra no setor agropecuário, pois muitos descendentes de trabalhadores das roças dirigem-se para a cidade à procura de melhores condições de vida ou têm maior grau de escolaridade, garantindo o acesso a melhores oportunidades de emprego, mas também devido à desmotivação resultante do roubo generalizado, que é muito frequente.

Apesar de todas as dificuldades apresentadas para o setor pecuário no país, existem também várias potencialidades a explorar, como a elevada capacidade de produção de animais em sistemas adaptados. É, por isso, importante e urgente a definição de políticas estruturais e a adoção de boas práticas que permitam o desenvolvimento e lançamento de novas estruturas de produção e de novos quadros técnicos preparados para prestar apoio aos produtores e garantir a melhoria da sua produtividade e melhores resultados económicos. Neste sentido, Gomes et al. (2018) fazem algumas recomendações de modo a melhorar e contribuir positivamente para o setor pecuário no país, para que este se torne mais produtivo e uma atividade económica geradora de rendimento para a população. Entre essas recomendações estão, nomeadamente:

- 1- Apostar na produção local de híbridos da 1.^a geração (F1) de pintos do dia;
- 2- Criar um programa de multiplicação de animais por inseminação, de forma a criar animais melhorados, com alimentação à base de produtos locais e resistentes às doenças e pragas locais;
- 3- Reforçar a capacidade institucional do Centro de Investigação Agronómica e Tecnológica em temáticas relacionadas com a agricultura, pecuária e pescas;
- 4 - Importar e/ou produzir em ensaio variedades de pastos de alto valor nutritivo para os animais;
- 5- Realizar estudos inerentes à produção de ração animal com base em produtos locais, utilização de matéria-prima local na pecuária;

- 6 - Definir áreas específicas para a produção pecuária tendo em conta a aptidão das mesmas evitando que sejam utilizadas para outros fins;
- 7 - Reforçar as Delegações Regionais da Agricultura com quadros e meios suficientes para dar assistência técnica aos agricultores, produtores;
- 8 - Identificar possíveis empreendedores com capacidade técnica e financeira para servir de suporte aos pequenos produtores através do crédito em espécie;
- 9 - Reforçar e apoiar a constituição de associações e cooperativas representativas dos setores de produção e dos serviços, tornando mais efetivo o acesso a serviços de apoio igualitários;
- 10 - Incentivar as associações e cooperativas a nível das comunidades rurais, a produzir determinadas espécies para produção, nomeadamente, frangos de carne;
- 11 - Identificar a nível nacional, em cada distrito, os possíveis criadores locais de modo a prestar uma assistência técnica efetiva;
- 12 - Aumentar significativamente a diversidade de fontes de proteína animal produzidas no país, garantindo a diversidade da alimentação do povo são-tomense, a um preço justo para todos, produtores e consumidores;
- 13 - Apostar no relançamento da produção de carne e leite de bovinos e caprinos;
- 14 - Aumentar o controlo das propriedades dos produtores evitando os fenómenos de roubo, que se notam muito recorrentes.

Ao aplicar as medidas acima referidas espera-se que o rendimento das populações aumente significativamente, o que irá conduzir a um aumento do poder de compra e, conseqüentemente, do consumo. Assim, os produtores e seus agregados familiares terão maior facilidade de acesso a uma alimentação mais diversificada, além de poderem aumentar o investimento na própria exploração resultado de melhores rendimentos obtidos com a produção.

2.3. Impacto das cooperativas nos países em desenvolvimento

Para compreender o impacto que as cooperativas pecuárias podem ter em STP, nos pontos seguintes começa-se por apresentar, numa perspetiva genérica, a definição de cooperativa, os objetivos e os potenciais benefícios e desafios da sua atividade. Depois apresenta-se uma revisão dos estudos focados no impacto socioeconómico das cooperativas pecuárias nos países em desenvolvimento.

2.3.1. Definição de cooperativas e seus objetivos

Diversos autores definem cooperativas de diferentes formas. Apresentam-se de seguida quatro definições, selecionadas porque se baseiam em fontes de referência na área do cooperativismo, nomeadamente as duas primeiras fontes consultadas, a *International Cooperative Alliance* (2018) e o *Center for Cooperatives* (2023).

De acordo com a *International Cooperative Alliance* (2018), as cooperativas podem definir-se como associações autónomas de pessoas que se unem voluntariamente com o objetivo de satisfazer as suas necessidades e interesses económicos, sociais e culturais comuns tendo como veículo uma empresa de propriedade conjunta e democraticamente controlada. Por outro lado, o *Center for Cooperatives* (2023) descreve as cooperativas como organizações que são geridas e controladas democraticamente pelos seus membros, que usam os seus serviços e produtos.

Elijah (2021) e Syden e Lee (2016) realçam outros aspetos igualmente importantes relacionados com a definição de cooperativa. Elijah (2021) identifica as cooperativas como associações autónomas, constituídas de forma voluntária pelos produtores que, através da união dos seus esforços, conseguem obter o benefício mútuo com a venda dos seus produtos, a compra de fatores de produção e a sua formação e capacitação. As cooperativas são organizações de propriedade e interesse coletivos e, por conseguinte, a sua administração é conjunta e democrática, baseando-se na ajuda mútua, participação democrática e responsabilidade partilhada.

Para Syden e Lee (2016), cooperativa é “uma organização comercial constituída para melhorar as condições socioeconómicas dos pequenos produtores”. Este autor entende que as cooperativas são organizações privadas orientadas para a melhoria das condições económicas dos pequenos produtores através da utilização de novas tecnologias na produção, negociação dos preços, partilha de informação acerca dos mercados e ligação com instituições governamentais para outros apoios.

Thesing et al. (2022) afirmam que os objetivos principais da cooperação são: atingir metas individuais ou comuns, distribuir e dividir tarefas, evitar conflitos, receber o máximo de recompensas, manter a integridade, funcionamento e coordenação do sistema, adquirir e partilhar conhecimento e informação, tomar decisões coletivas e formar uma inteligência

coletiva. De acordo com o mesmo autor, a cooperação pode ser considerada como uma estratégia para adquirir vantagem competitiva. No que diz respeito ao setor agropecuário, a cooperação pode transformar-se numa mais valia, conseguindo oferecer todas as competências necessárias para o desenvolvimento das suas atividades estratégicas.

Em suma, as cooperativas, constituídas voluntariamente pelos produtores, têm como ponto fulcral o trabalho em equipa, sendo os próprios membros a participar na gestão democrática e transparente da organização. Desta forma, os membros possuem autonomia própria para tomar decisões e serem os responsáveis, em conjunto, pela melhoria das suas condições socioeconómicas.

2.3.2. Princípios e valores do cooperativismo

De acordo com Kuch (2013), existem sete princípios pelos quais as cooperativas se regem, enumerados de seguida:

- 1- **Associação voluntária e aberta:** as cooperativas são organizações voluntárias, abertas a todas as pessoas que pretendam utilizar os seus serviços e estejam dispostas a aceitar as responsabilidades da participação. Não existe qualquer tipo de discriminação, seja esta de género, racial, social, política ou religiosa.
- 2- **Controlo democrático dos membros:** as cooperativas são organizações democráticas, controladas pelos seus membros, que participam ativamente na definição das suas políticas e na tomada de decisão. De outra forma, todos os membros têm o mesmo direito de voto, cada membro tem direito a um voto.
- 3- **Participação económica dos membros:** todos os membros contribuem equitativamente e controlam democraticamente o capital da sua cooperativa. O capital alocado na cooperativa pode ser utilizado para o seu desenvolvimento, não só através da criação de reservas financeiras, mas também beneficiando os associados na proporção das suas transações. Além de, ainda, poder contribuir para outras ideias e atividades apoiadas pelos membros.
- 4- **Autonomia e independência:** as cooperativas são organizações autónomas controladas pelos seus membros. Na eventualidade de ser realizado algum acordo com outras instituições, como governos, estas devem sempre garantir o controlo democrático dos seus associados e assegurar a sua autonomia.

- 5- **Educação, formação e informação:** as cooperativas proporcionam educação e formação para os seus membros, de modo que estes contribuam para o desenvolvimento ativo e constante da organização. Além de os incentivar a disseminar, junto da restante comunidade, os benefícios da cooperação.
- 6- **Cooperativas trabalham em conjunto:** as cooperativas fortalecem-se ao trabalhar em conjunto através das redes locais, regionais, nacionais e internacionais.
- 7- **Cooperativas trabalham para as suas comunidades:** as cooperativas trabalham para o desenvolvimento socioeconómico e cultural dos seus membros e, também, da comunidade em geral. Estas garantem o desenvolvimento sustentável e o cuidado com o meio ambiente, de modo a manter as melhores condições para as gerações futuras.

Kuch (2013) apresenta valores, normas e regras que deveriam vigorar nas cooperativas, tais como: autoajuda, democracia, igualdade, equidade, solidariedade, responsabilidade social e cuidado com os outros. A autoajuda integra a vontade e a capacidade das pessoas de melhorar o seu destino de forma pacífica, através de ações coletivas, com impacto superior ao das ações individuais. Por sua vez, a democracia indica que todos os membros têm o direito de participar, de ser informados e ouvidos e de tomarem decisões. Por outro lado, a igualdade significa a igualdade de direitos e oportunidades para todas as pessoas, de modo que estas possam participar democraticamente, melhorar a utilização dos recursos da sociedade e contribuir para a reciprocidade, compreensão e solidariedade. A equidade baseia-se na distribuição justa do rendimento e poder na sociedade e a solidariedade reforça o valor da ajuda mútua e da responsabilidade conjunta pelo bem-estar, não só dos seus membros, como também da comunidade em geral. Estes valores devem ser assumidos e partilhados pelos líderes da cooperativa, pelos seus membros e colaboradores, determinando a sua forma de agir e pensar. As cooperativas que baseiam a sua atividade nestes valores, normas e regras são consideradas organizações eficazes.

2.3.3. Vantagens e desafios das cooperativas pecuárias

Como referenciado por outros autores, as cooperativas são estruturas com inúmeros benefícios para os seus membros, desde o aumento da produção até à melhoria da qualidade de vida. No entanto, estas enfrentam vários constrangimentos ao nível da sua atividade. As cooperativas têm graves problemas que dificultam o seu funcionamento, destacando-se: os elevados custos

administrativos e elevados custos de agência, os direitos de propriedade pouco claros e definidos e as ineficiências ao nível da gestão.

Vantagens

Nos países em desenvolvimento, as populações rurais, na sua maioria isoladas, dedicam-se sobretudo à atividade agropecuária informal, de subsistência. Desta forma, há necessidade de os produtores se unirem, através de estruturas organizacionais democráticas e centradas nas pessoas – as cooperativas. Estas podem constituir uma solução para o aumento do rendimento das populações mais pobres e, conseqüentemente, permitir melhores condições de vida (Sumelius et al., 2021).

Ogbodo et al. (2022) defende que a cooperativa é uma das únicas formas de organização que promove a luta contra todas as dimensões da pobreza através do aumento do rendimento. Também, são estruturas que permitem a criação de novos empregos, que conduzem ao crescimento económico e, por sua vez, ao desenvolvimento socioeconómico, não só dos envolvidos, mas de toda a comunidade, contribuindo para a melhoria do estilo de vida, de forma significativa (Kuch, 2013; Molla, 2021).

O impacto das cooperativas pecuárias nos países em desenvolvimento faz sentir-se em diversos níveis, desde o aumento da produção, o acesso aos mercados e recursos produtivos e financeiros, até à melhoria das condições socioeconómicas dos associados e das suas comunidades. Estudos recentes (por exemplo, Manirakiza et al., 2020; Nhantumbo, 2016) demonstram que a cooperação entre produtores conduz ao aumento de produção, para membros e não membros das cooperativas, pois facilita a ambos o acesso a formação técnica, fertilizantes e sementes melhoradas e incentiva a produção para abastecimento dos mercados ao invés de apenas para subsistência. No caso particular das cooperativas pecuárias, Bakengesa (2011) afirma que o aumento da produção deve-se à transparência e à monitorização dos membros pelas cooperativas. Neste caso, o efeito das economias de escala obtidas através da venda dos produtos pela cooperativa não é suficiente para justificar o aumento de produção, pois há elevada flutuação dos preços.

De acordo com Ahmed e Mesfin (2017), Bolton (2019) e Kuch (2013), os produtores que estão associados às cooperativas, em particular as pecuárias, possuem um maior poder de negociação

e têm a oportunidade de aceder mais facilmente aos mercados, conseguindo controlar melhor os custos de transação e aplicar uma maior margem sobre os seus produtos. Assim, fornecem melhores oportunidades, proteção e poder aos seus membros, todos estes elementos fulcrais para a redução da pobreza. No caso específico da pesquisa de Kuch (2013), tanto os produtores membros como os não membros têm a oportunidade de comprar e vender os seus produtos através da cooperativa.

Tendo em conta Bolton (2019) e Kuch (2013), os associados de uma cooperativa, além de conseguirem gerar um maior rendimento têm, também, acumuladas maiores poupanças, visto que, através destas organizações, têm maior facilidade em vender os seus produtos a um preço justo e aceder a matérias primas com qualidade a preços mais baixos. Por outro lado, as cooperativas, permitem a criação de novas oportunidades de emprego para os seus membros, garantindo-lhes uma fonte de rendimento (Molla, 2021; Ofori et al., 2019). Neste caso, os animais pertencem a todos os produtores da associação, sendo que estes se organizam por turnos de trabalho, de modo a garantir as melhores condições para os animais e uma fonte de rendimento constante para todos os associados.

Segundo Bakengesa (2011), Kampmann e Kirui (2021) e Manirakiza et al. (2020), os membros das cooperativas têm maior oportunidade de aprender novas técnicas para aplicar na sua exploração. Ao trocar informação com outros membros, têm maior facilidade de acesso a notícias e informação, ficando mais alerta para o que se passa ao seu redor referente à sua atividade. De acordo com Bolton (2019), os membros das cooperativas leiteiras na Etiópia têm facilmente acesso a novas tecnologias, como a inseminação artificial e a raças exóticas, ou seja, raças mais produtivas. Já Ofori et al. (2019) e Kampmann e Kirui (2021) concluem que as cooperativas facilitam, também, o acesso a serviços, nomeadamente, a nível técnico – aconselhamento e consultoria a nível agropecuário e formação técnica no que diz respeito às atividades económicas desenvolvidas com o objetivo dos produtores conhecerem novas práticas e melhorarem a sua produção e produtividade. Portanto, os produtores membros das cooperativas pecuárias são privilegiados, pois têm acesso a informação técnica relativa à utilização de novas tecnologias. Desta forma, estes têm a capacidade de tomar decisões de maneira mais consciente relativamente à sua produção. Por isso, a produtividade dos membros das cooperativas leiteiras, localizadas na Etiópia, é superior comparativamente com os produtores não associados (Bolton, 2019).

Kuch (2013) afirma que os membros das cooperativas têm maior facilidade em obter animais para produção quando comparados com os produtores não membros, visto que a cooperativa tem disponíveis animais para fornecimento aos seus produtores. Relativamente ao número de animais produzidos, os resultados de Manirakiza et al. (2020) e de Molla (2021) mostram que os membros de uma cooperativa pecuária possuem um maior número de animais comparativamente com os não membros.

Tendo em conta Ofori et al. (2019), Kuch (2013) e Manirakiza et al. (2020), as cooperativas permitem uma maior facilidade de obtenção de microcréditos destinados ao setor agrícola, pois garantem aos produtores taxas de juro mais baixas. Kuch (2013) constatou que tanto os membros como os não membros beneficiavam deste serviço de financiamento, no entanto os membros das cooperativas obtinham maior benefício.

Na perspetiva de Ogbodo et al. (2022), identificar oportunidades a nível económico para os mais pobres, defender os interesses dos mais desfavorecidos e fornecer segurança permitindo a conversão dos riscos individuais em coletivos são algumas das vantagens inerentes às estruturas cooperativistas. Através das cooperativas os produtores têm a oportunidade de formar as suas próprias empresas e transformar e comercializar os seus produtos de forma mais eficaz garantindo rendimentos mais elevados. Além de que, têm, também, a oportunidade de se unir e formar uma só voz, garantindo-lhes maior poder, fazendo-se ouvir com mais facilidade. Assim, têm a oportunidade de mudar políticas, comunicar as preocupações das comunidades mais vulneráveis, contribuindo para a sua recuperação (Parnell, 2001).

As cooperativas são organizações que asseguram a qualquer grupo de indivíduos, por menor que este seja, uma forma proveitosa de unir os seus recursos e esforços. Estas contribuem para a mobilização dos recursos em larga escala, que de outra forma não seria possível, além de terem o papel de catalisadores do crescimento empresarial local (Kuch, 2013). As cooperativas polivalentes, ou seja, que possuem diversas áreas de atividade, nomeadamente, produção propriamente dita, comercialização dos produtos, fornecimento de habitação, fornecimento de crédito, entre outras, garantem aos seus membros e agregado familiar, o fornecimento de bens essenciais para consumo, o acesso à educação, alojamento e outros serviços socioeconómicos a um preço mais baixo e, assim ajudam a comunidade local, permitindo que esta economize para poder comprar os produtos disponíveis pela cooperativa, favorecendo o escoamento da produção e a qualidade de vida, não só dos produtores, mas também da comunidade em geral.

Mainza (2022) constatou que existem diversas variáveis que influenciam o rendimento disponível dos produtores, como por exemplo, o período de associação a uma cooperativa, a área cultivada, a experiência, o acesso à educação e o estado civil, entre outras. Neste caso, a duração da associação, a área cultivada e a experiência influenciam positivamente no aumento do rendimento disponível para os produtores pertencentes à cooperativa. Em contrapartida, a falta de acesso à educação diminui o rendimento disponível.

A investigação empírica tem demonstrado que os benefícios económicos resultantes do cooperativismo se refletem positivamente nas condições de vida dos membros das cooperativas, por exemplo, na habitação, nos cuidados de saúde e no acesso ao ensino.

De acordo com Manirakiza et al. (2020), a facilidade de acesso a pequenos créditos para os membros das cooperativas tem impacto nas condições da sua habitação. Os produtores não membros utilizam materiais de construção mais baratos e com menor qualidade e, por isso, estão mais suscetíveis a desastres e doenças e têm maior dificuldade em manter boas condições de higiene e saúde das suas famílias. Desta forma, conclui-se que os cooperantes têm maior bem-estar a nível habitacional, pois garantem melhores condições na sua residência.

O acesso aos cuidados de saúde permite definir a qualidade de vida de determinada população e está dependente do rendimento da mesma e da distância a que esta se encontra do posto de saúde. Os associados e não associados das cooperativas não têm a mesma facilidade financeira de acesso aos cuidados de saúde. Os associados têm uma maior facilidade em aceder aos cuidados de saúde, devido aos elevados custos dos serviços de saúde (Manirakiza et al., 2020). Os descendentes dos membros das cooperativas têm maior facilidade em ir à escola, pois os pais conseguem pagar as taxas necessárias, enquanto os não membros têm maior dificuldade. Portanto, nota-se um maior abandono da escola por parte dos filhos de produtores não associados a uma plataforma cooperativista, contribuindo assim as cooperativas para a melhoria das condições de formação e educação das crianças (Manirakiza et al., 2020).

O impacto no bem-estar e qualidade de vida dos produtores é medido pela despesa de consumo anual por adulto equivalente, sendo este positivamente afetado pela adesão dos produtores a uma estrutura cooperativista. Por outro lado, a adesão às cooperativas por parte de membros que sabem ler e escrever, garante-lhes maior qualidade de vida, quando comparado com os membros analfabetos (Ahmed & Mesfin, 2017). De acordo com os mesmos autores, os

resultados sugerem que os produtores que não estão associados a uma cooperativa têm uma menor despesa de consumo anual por adulto equivalente. Em contrapartida, o impacto que as cooperativas exercem no bem-estar dos produtores é maior para os membros que têm um menor número de filhos com idade abaixo dos 16 anos e para os que estão mais próximos do mercado. O proveito que membros das cooperativas retiram do cooperativismo é influenciado pelas suas características individuais.

Ahmed e Mesfin (2017) identificam vários fatores que determinam a participação dos produtores em cooperativas, nomeadamente, o acesso a informação relativa ao benefício de estar associado a uma cooperativa, a distância ao mercado mais próximo, que afeta positivamente a associação dos produtores em grupo, pois conseguem enfrentar com maior facilidade os custos elevados de transporte. De outra forma, o tamanho da exploração agropecuária tem uma influência positiva na adesão às cooperativas. Quanto maior a exploração e o número de animais em produção, maior a adesão às cooperativas como forma de escoamento da sua produção e acesso facilitado a matérias-primas a um preço mais baixo. Molla (2021) comprovou, ainda, que a distância à cooperativa, o nível de educação e o número de empregados influenciam, também, a adesão dos produtores às cooperativas, sendo que uma maior proximidade da organização, um maior nível de escolaridade e um maior número de empregados contribuem para uma maior participação dos produtores nestas organizações.

Para além do impacto para os seus membros, as cooperativas desempenham um papel crucial para toda a comunidade, contribuindo para o desenvolvimento socioeconómico da sociedade e para a melhoria da qualidade de vida dos envolvidos. Os consumidores, por sua vez, têm acesso a produtos em quantidade e com melhor qualidade a preços justos (Kuch, 2013).

Resumindo, as cooperativas ou organizações de produtores podem, realmente, melhorar as condições de vida dos pequenos produtores através de: redução dos custos de transação das matérias primas e dos produtos finais, melhoria do poder de negociação dos produtores para com os consumidores, fornecimento de informação acerca do acesso a novas tecnologias que permitam o aumento da produção e sendo uma voz ativa junto de instituições políticas e outras.

Desafios

Bakengesa (2011) e Molla (2021) afirmam que, geralmente, no caso específico das cooperativas leiteiras na Etiópia e na Tanzânia, existem vários constrangimentos a nível estrutural. Por exemplo, não existe confiança entre a direção e os membros da organização, o que se deve não só à falta de transparência, mas também à fraca capacidade de gestão e organização empresarial por parte dos membros da direção. Por sua vez, não existe uma política concreta para definição dos objetivos a atingir e, por isso os membros da cooperativa não têm conhecimento claro e objetivo relativamente aos seus deveres e responsabilidades, além de não conhecerem os princípios, valores e estatutos destas organizações. Desta forma, não percebem a importância destas estruturas para si e para a sociedade, contribuindo para a estagnação do desenvolvimento e crescimento das cooperativas e, por sua vez, dos produtores associados e de toda a comunidade. Além de todos estes desafios, os mesmos autores concluem que, apesar de associados em cooperativas, os produtores não cooperam entre si nem com outros membros das diversas cadeias de valor.

Do mesmo modo, o escasso envolvimento dos membros no processo de tomada de decisão é um desafio a ser ultrapassado nestas organizações. O baixo envolvimento no que diz respeito à definição de objetivos, aprovação de estatutos, planeamento de atividades e gestão do orçamento, contribui para o menor compromisso dos membros com as suas responsabilidades perante a cooperativa, nomeadamente, a quebra do pagamento das quotas (Molla, 2021). Este autor afirma que o envolvimento dos membros nas decisões relativas às atividades da organização permite o desenvolvimento de um sentimento de pertença, de propriedade relativamente à cooperativa onde estão inseridos. Da mesma forma, os membros envolvidos nas decisões tomadas, aceitam, obedecem e implementam mais facilmente o que foi decidido, porque fizeram parte do grupo que tomou a decisão.

A falta de estruturas adequadas para o armazenamento e conservação, processamento e transformação dos produtos constitui outro importante desafio na atividade das cooperativas agropecuárias, pois sendo estas um ponto de escoamento dos produtos dos seus membros, necessitam de ter capacidade de armazenamento e conservação ou então conseguir escoar todos os produtos, de modo a evitar o seu desperdício (Molla, 2021; Shava & Hofisi, 2019).

Bakengesa (2011) e Shava e Hofisi (2019) remetem para a falta de recursos financeiros da cooperativa devido à escassez de capital disponibilizado pelos seus membros e à dificuldade de acesso a crédito bancário. Por outro lado, também se inclui a dificuldade de acesso aos mercados, especialmente, para os que vivem em áreas isoladas.

Podem, ainda, ser identificados obstáculos inerentes à produção, aos animais, ou seja, ao setor da produção propriamente dito. Os elevados custos com a compra de reprodutores, a elevada incidência de doenças nos animais e a sua predação, a baixa produtividade de raças locais, os elevados custos de transporte e das matérias-primas para a alimentação e os baixos preços do produto final, o tamanho reduzido das explorações pecuárias e a falta de formação dos produtores, nomeadamente, ao nível da criação e gestão da produção, representam outro grupo de obstáculos à atividade das cooperativas (Bakengesa, 2011; Molla, 2021).

Assim, pode concluir-se que os principais constrangimentos das cooperativas se dividem em dois grandes grupos: o primeiro, que diz respeito à gestão, governança e direção da cooperativa; e o segundo referente às dificuldades técnicas, de produção, ausência de infraestruturas e dificuldade de acesso a recursos financeiros, além da escassez de formação por parte dos membros e associados da cooperativa.

2.3. Cooperativas pecuárias na ilha de S. Tomé

Os registos referentes à origem e evolução das cooperativas em S. Tomé são escassos. No entanto, através do contacto com técnicos e responsáveis pelo setor na ilha, foi possível recolher informação sobre as cooperativas pecuárias. De acordo com a informação recolhida junto da ONG Zatoná-ADIL (Apoio ao Desenvolvimento de Iniciativas Locais), Direção da Pecuária, Projeto COMPRAN e Direção do Associativismo e Cooperativismo, existem 37 cooperativas pecuárias e agropecuárias espalhadas pela ilha, que fomentam a união dos produtores e contribuem para o desenvolvimento do setor. Estas cooperativas têm duas formas principais de associativismo e cooperativismo. Numa das modalidades, os produtores têm os seus próprios animais e são responsáveis pelos mesmos e pelas estruturas necessárias à produção bem como por todos os encargos financeiros, sendo a cooperativa um porto seguro de apoio à sua produção. Por outro lado, a segunda modalidade, utilizada em algumas comunidades da ilha, centra-se numa única estrutura para a produção dos animais (aves ou suínos) dos produtores membros da cooperativa e, todos eles, em conjunto, são responsáveis pelos animais e pelo

sucesso da produção. Neste caso, existe um apoio por parte da Direção da Pecuária que assume todos os custos, numa fase inicial, relativamente à alimentação animal, apoio técnico, medicamentos e vacinas e assegura o fornecimento dos animais e o transporte do centro de cria até à comunidade e, futuramente, da comunidade até ao matadouro para abate. No final do processo de criação, a Direção da Pecuária deduz os custos de produção às receitas obtidas e os produtores recebem o valor do lucro obtido com a produção.

No ano de 2003 foi criada, por um grupo de criadores nacionais, a Cooperativa de Pequenos Criadores de Aves de São Tomé e Príncipe (COOPAVE-STP), com o intuito de organizar os produtores de aves e modernizar os sistemas de produção. Criada em parceria com o governo são-tomense, pretendia garantir a sustentabilidade interna de produção de ovos e carne de aves. Esta, enquanto ativa, contribuiu para o aumento do número de criadores de aves, bem como para a melhoria da produção avícola no país.

De modo a garantir um desenvolvimento contínuo da pecuária em S. Tomé, através do Projeto de Apoio ao Desenvolvimento da Pecuária “Fase II” (PADP – Fase II), a ONG Zatona – ADIL em conjunto com a ADAPPA e com a Direção da Pecuária realizaram um inquérito junto de comunidades previamente selecionadas para a possibilidade de criação associações/cooperativas. Os objetivos principais deste inquérito eram: perceber quais as potencialidades de determinada comunidade a nível de facilidade de acesso, ou seja, presença de boas estradas, acesso a eletricidade e água potável, conhecer o nível de escolaridade da população, além da disponibilidade dos habitantes em participar nos trabalhos inerentes à produção animal. Além disso, também fazia parte dos objetivos, identificar alguma iniciativa no ramo da pecuária, produção e transformação de produtos de origem animal e os desafios e as necessidades das organizações já existentes.

Após a análise dos resultados obtidos, as comunidades foram selecionadas, sendo que beneficiaram deste apoio, cerca de 29 associações na ilha de S. Tomé.

Os técnicos da ONG Zatona – ADIL deslocavam-se ao terreno, normalmente uma vez por semana, para prestar apoio aos produtores e planificar ações futuras para a associação. Esta ONG era responsável pela criação das associações, pela legalização e capacitação das mesmas, mas também pela consolidação das associações já desenvolvidas, capacitando os membros para melhor desenvolverem a pecuária e melhorar o seu rendimento e dos respetivos agregados familiares. Desta forma, a ONG fornecia formações aos membros das associações, conseguindo

formar cerca de 759 membros de base (250 mulheres e 509 homens) e 217 membros do Conselho de Direção e Conselho Fiscal (166 homens e 51 mulheres).

Apesar de todas estas ações benéficas para as comunidades, a ONG Zatona-ADIL teve um período de interrupção das suas atividades, cerca de cinco meses, por não dispor de fundos financeiros suficientes para continuar a acompanhar no terreno os produtores, conduzindo à desmotivação dos mesmos. Além da interrupção do acompanhamento dos técnicos, os produtores também não foram contemplados com as aves que a Direção da Pecuária se tinha comprometido a distribuir, contribuindo, ainda mais, para a sua insatisfação.

Não obstante estes desafios, aquando da melhoria das condições financeiras da ONG as atividades foram retomadas junto dos produtores de todas as comunidades.

Em S. Tomé existem muitos desafios para as cooperativas e associações de criadores de animais estabelecidas, no entanto, tal como no caso do apoio prestado pela ONG, o inconveniente principal é a falta de capital. Embora todas as associações tenham sido legalizadas, a maioria não continuou a sua atividade, pois deixaram de ter um acompanhamento regular por parte dos técnicos.

Além do apoio prestado por esta ONG, diversas cooperativas pecuárias foram financiadas pelo *Global Environment Facility/Smallholder Commercial Agriculture Project* (GEF/PAPAC) e pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). No entanto, estas não resistiram às dificuldades, acabando por cessar a sua atividade.

O GEF e o PAPAC foram responsáveis pelo financiamento de oito cooperativas com atividade entre os anos de 2013-2016 através do projeto “Abordagem Ecosistémica Integrada para Conservação do Parque Natural Ôbo de S. Tomé e Príncipe”. Destas oito, cinco eram cooperativas de criadores de suínos, localizadas nas comunidades de São Carlos, Bemposta, Novo Destino e Aldeia, todas pertencentes a Monte Café e, ainda, Ribeira Peixe. As restantes três cooperativas eram destinadas à produção de aves: duas cooperativas de criadores de galinhas localizadas na sede de Monte Café e em Angolares e uma cooperativa de criadores de patos sediada em São Nicolau.

Outras três cooperativas foram estabelecidas com o apoio do PNUD, no âmbito do projeto “Mudanças Climáticas”, que decorreu entre 2014-2019. Estas eram constituídas, apenas, por produtores de suínos e localizavam-se nas comunidades de Santa Catarina, Bombaim e São

Lourenço de Colónia Açoriana. Estas cooperativas eram compostas por cerca de oito a dez produtores, que beneficiaram desta associação, pois conseguiram financiamento para construção de infraestruturas para alojamento dos animais, compra dos animais e obtenção de matérias-primas destinadas à alimentação animal.

Mais recentemente, no ano de 2018, um produtor são-tomense decidiu dinamizar a criação de uma cooperativa de criadores de aves, suínos, caprinos, ovinos e bovinos (CCASCOB), com o objetivo de unir e apoiar os produtores na obtenção de financiamento e melhorar a sua produtividade. No entanto, devido ao surgimento da COVID-19, esta foi obrigada a suspender a sua atividade. O aumento do preço das matérias-primas, as dificuldades acrescidas por parte dos produtores em pagar as suas quotas e a dificuldade em escoar os produtos produzidos pelos seus membros levaram ao encerramento. Esta cooperativa tinha o objetivo de unir todos os produtores da ilha numa única estrutura. Quando em funcionamento, esta contava com cerca de 50 produtores associados.

Existem outras cooperativas na ilha, também do setor pecuário e agropecuário, que estão sediadas em algumas roças, cujo principal objetivo é unir os produtores de uma dada roça, que vivem mais ou menos isolados, e permitir que estes cheguem aos mercados e tenham uma boa margem de lucro. A informação relativamente a estas é muito escassa e precária.

Mais recentemente, por iniciativa do COMPRAN (Projeto de apoio à comercialização, produtividade agrícola e nutrição), financiado pelo FIDA (Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola), está em processo de criação uma Plataforma de Criadores na ilha de S. Tomé. Esta tem como principal objetivo a união de todos os produtores da ilha, sejam estes produtores individuais ou já associados em cooperativas, para aumentar o controlo sobre os dados do setor pecuário relativamente ao número e espécies produzidas e ao número de produtores e, além disso, melhorar as condições de produção, higiene e segurança alimentar dos alimentos produzidos. Este projeto é responsável pela disponibilização de crédito, através de concursos e candidaturas, exclusivamente a estas organizações. Assume-se que esta prática tem o objetivo de fomentar a criação de cooperativas eficientes, mas também incentivar o trabalho em equipa dos produtores, fazendo-os compreender as vantagens de estarem associados numa cooperativa.

Costa (2018) organizou um estudo de modo a avaliar o cooperativismo em São Tomé e Príncipe e as conclusões retiradas não são as mais favoráveis. Este autor constata que a falta de responsabilidade, a má gestão, a fraca governança e a escassez de espírito de união, além da procura de benefícios imediatos são alguns dos problemas assinalados pelos participantes das cooperativas. O mesmo afirma que é necessário que as organizações invistam nos jovens de forma direta, pois estes representam o futuro, a inovação e a renovação do setor agropecuário. Por outro lado, é importante investir no setor cooperativo, pois a maioria dos apoios atribuídos pelo Estado não chegam aos destinatários.

Costa (2018) refere que as deficiências e dificuldades apresentadas no que diz respeito ao funcionamento e organização das cooperativas impedem que estas desempenhem o papel fundamental que deveriam ter no desenvolvimento sustentável do setor e, também, do país. Além disso, alerta para a necessidade de se atualizar a lei em vigor, relativa à criação das cooperativas, de modo a conseguir responder à atual conjuntura do país.

Assim, percebe-se que, apesar das cooperativas serem potencialmente uma mais-valia para os produtores de S. Tomé, estas ainda necessitam de um maior desenvolvimento das suas atividades e de órgãos diretivos mais competentes e comprometidos, que tenham como missão, única e exclusivamente, o apoio aos produtores e a sua sensibilização para as vantagens da participação nestas organizações. Desta forma, as cooperativas poderiam ser responsáveis pelo desenvolvimento e estruturação do setor pecuário no país e, conseqüentemente, pela melhoria da produtividade e da qualidade de vida dos produtores, desempenhando um papel fundamental na comunidade e no desenvolvimento sustentável do país.

3. Metodologia

3.1. Descrição da área de estudo

O país tem duas estações do ano: a estação chuvosa, de outubro a maio, em que a temperatura é mais alta e as chuvas mais constantes e intensas e a gravana, de junho a setembro, período mais seco e fresco, com menor humidade e precipitação. No entanto, entre janeiro e fevereiro há uma curta estação seca conhecida como o gravanito, mais notória no norte da ilha, pois no sul a precipitação é mais frequente. Portanto, em toda a ilha, predomina o clima quente e húmido, muito favorável para a prática agrícola e pecuária, como já referido. Ainda assim,

existem muitos microclimas ao longo da ilha, sendo que os distritos do sul, Cantagalo e Caué, têm sempre precipitações mais frequentes, mesmo durante a época da gravana.

O estudo foi elaborado em todos os distritos da ilha de S. Tomé junto dos produtores pecuários pertencentes a uma associação ou cooperativa de criadores. A ilha é composta por 6 distritos: Lembá e Lobata (norte); Água Grande e Mé-Zóchi (centro) e, por fim, Cantagalo e Caué (sul).

O distrito de Água Grande, capital de S. Tomé, é o distrito com menor área, mas também o que possui maior número de habitantes. Este possui cerca de 69772 habitantes distribuídos por 17 km². É o distrito principal da ilha, pois é aqui que se encontra o único hospital e o único supermercado, além de ser neste que se localiza o aeroporto e o porto, infraestruturas muito importantes para o país. Também, neste distrito, encontra-se o liceu nacional, onde a maioria dos jovens dos distritos do sul terminam o seu ensino secundário, pois nos seus distritos não possuem um liceu.

O distrito de Cantagalo tem cerca de 119 km² e 17161 habitantes, sendo que é o distrito da ilha onde predomina a produção de suínos.

No distrito de Caué encontra-se a maioria dos produtores de bovinos existentes na ilha, pois este distrito tem maior disponibilidade de pastagem para a alimentação dos animais. Este tem cerca de 6062 habitantes distribuídos por 267 km². É um dos distritos mais pobres da ilha, pois encontra-se mais afastado da capital e tem vias de acesso muito deterioradas dificultando o desenvolvimento económico da região.

O distrito de Lembá, com cerca de 229 km² e 14676 habitantes e o distrito de Lobata, com 19414 habitantes distribuídos por 105 km², são os dois distritos que compõem o norte da ilha. Estes distritos são os mais secos da ilha e menos propensos para a produção de ruminantes, no entanto, existe produção de aves e suínos e alguns produtores de caprinos, mas com muitos desafios a ultrapassar.

O distrito de Mé-Zóchi tem cerca de 44763 habitantes distribuídos por 122 km² de superfície. A principal atividade económica neste distrito é a atividade agropecuária, possuindo excelentes condições climáticas para a sua prática.

Como referenciado, em todos os distritos é praticada a atividade pecuária, no entanto, existem distritos com maior propensão para uma atividade mais rentável mediante a espécie produzida.

3.2. Recolha de dados

Os dados foram recolhidos através da realização de um inquérito aos produtores associados de uma cooperativa ou associação de criadores. Desta forma, tenta-se perceber como o facto de pertencer ou não a este tipo de organização influencia a produção e a vida dos produtores, comparando o momento anterior e o momento de participação na cooperativa, percebendo o impacto causado pela mesma.

Como instrumento de inquirição, usou-se um questionário maioritariamente fechado, composto por 29 questões, não só relativas a informações pessoais, mas também à produção, ao acesso aos mercados, matérias-primas, informação e formação técnica, acesso ao crédito, entre outras.

Este questionário foi aplicado no terreno, junto dos produtores, durante os meses de junho, julho e agosto de 2023. A seleção dos produtores foi feita usando a técnica da amostragem intencional, tentando-se escolher os produtores com maior atividade na cooperativa e com o pagamento das quotas regularizado. Os produtores também foram escolhidos tendo em conta a sua localização, pois o objetivo era inquirir produtores de todos os distritos da ilha.

Tendo em conta Palinkas et al. (2015), a amostragem intencional é uma técnica vulgarmente utilizada em pesquisas qualitativas na seleção de casos com informação mais rica para utilização mais eficaz dos recursos limitados. Assim, é necessário identificar e selecionar os indivíduos que possuam conhecimento e experiência de acordo com o objeto de estudo, e, que também, estejam disponíveis e com vontade de participar no estudo. Este tipo de amostragem, quando utilizada, tem vantagens e inconvenientes. Considerando Dudovskiy (2023), as principais vantagens desta técnica são: mais económica e com maior poupança de tempo, mais adequada quando os dados existentes para a pesquisa são limitados e, por último, mais eficaz quando exploradas situações antropológicas, em que a descoberta de algum significado beneficia de uma abordagem intuitiva. Os inconvenientes inerentes a este tipo de amostragem centram-se na sensibilidade do julgamento do investigador, que pode ser

errado, no baixo nível de confiabilidade dos resultados e elevados níveis de viés e, ainda, na incapacidade de generalização dos resultados obtidos (Dudovskiy, 2023).

Na Figura 1 é apresentado o mapa da ilha de S. Tomé. Neste pode observar-se a disposição dos distritos pela ilha e, ainda, o número de produtores inquiridos em cada um dos distritos.

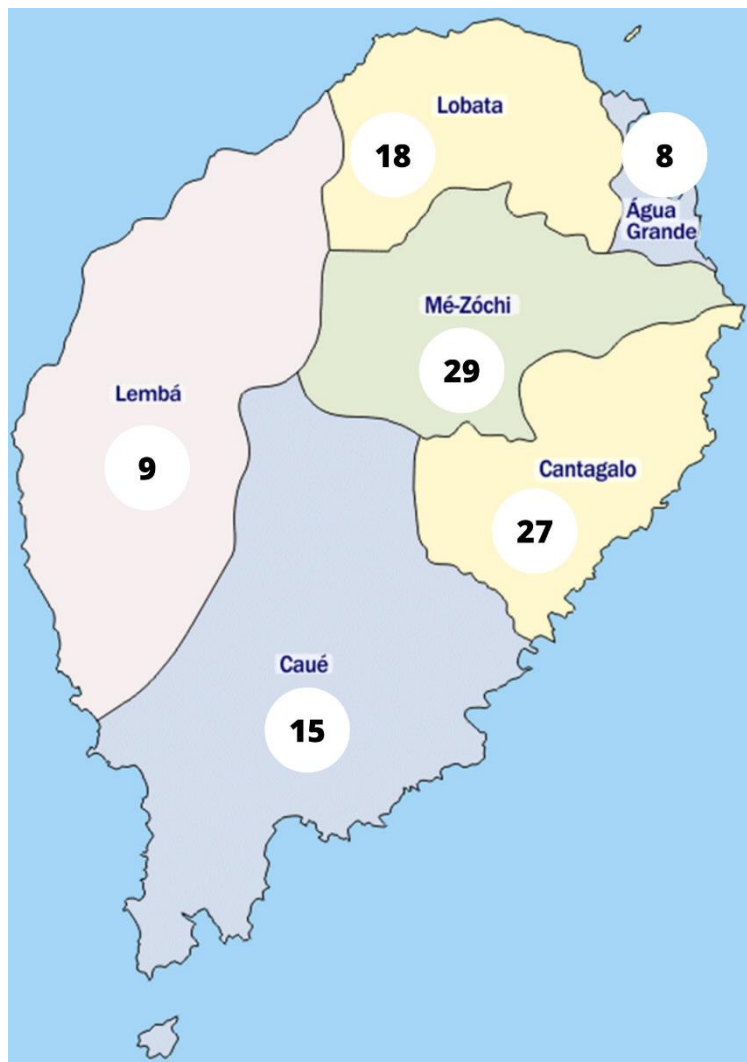


Figura 1 - Mapa da ilha de S. Tomé com nº de produtores inquiridos em cada distrito

3.3. Análise de dados

Após a recolha dos dados, estes foram introduzidos numa base de dados no Microsoft Office Excel. Esta ferramenta foi essencial na organização e tratamento dos dados recolhidos, bem como na sua análise. Recorreu-se à análise quantitativa para avaliar os dados recolhidos, sendo que a estatística descritiva foi a ferramenta mais utilizada. Os resultados obtidos estão

organizados em tabelas de frequência e gráficos, de modo a facilitar a sua interpretação. Também, foram utilizadas medidas de tendência central, como a média e a moda, para analisar algumas das variáveis estudadas.

4. Resultados e discussão

4.1. Caracterização sociodemográfica

O grupo de inquiridos encontra-se distribuído pelos 6 distritos da ilha, sendo que 8 produtores possuem a sua exploração no distrito de Água Grande, 27 em Cantagalo, 15 em Caué, 9 no distrito de Lembá, 18 em Lobata e 29 no distrito de Mé-Zóchi, como pode ser verificado na Figura 2. Ou seja, 25% dos produtores encontram-se na zona norte da ilha, enquanto 35% estão localizados na zona centro e, por fim, os restantes 40% localizam-se no sul.

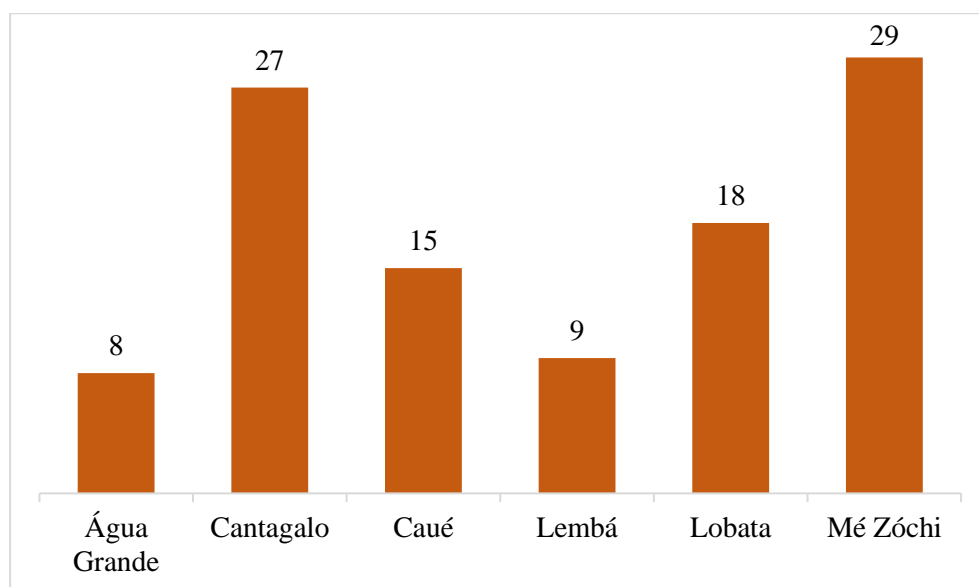


Figura 2 – Número de produtores inquiridos por distrito

Os produtores têm uma idade média de 45 anos, como pode ser consultado na Tabela 1, sendo que o mínimo é 15 anos e o máximo 70 anos. Assim sendo, a maioria dos criadores inquiridos encontra-se em idade ativa. Relativamente ao género dos produtores, dos 106 inquiridos, 40 são do género feminino e 66 do género masculino, ou seja, 38% são mulheres e 62% são homens. O género masculino é, ainda, o mais representativo no setor pecuário do país.

Tabela 1 – Idade média dos produtores inquiridos e por distrito

Distrito	Idade média
Água Grande	39
Cantagalo	47
Caué	42
Lembá	42
Lobata	46
Mé Zóchi	49
Total	45

No que diz respeito ao número de elementos do agregado familiar, a média é de 5 elementos, no entanto a moda, valor que se repete com maior frequência, corresponde a 6 elementos. Os distritos de Água Grande e Lembá são os que possuem a média mais baixa e mais alta, respetivamente, de elementos do agregado familiar, apresentando valores de 4 e 7 elementos. Os restantes distritos têm a média de 5 elementos, apenas o distrito de Caué possui uma média de 6 elementos (Figura 3).

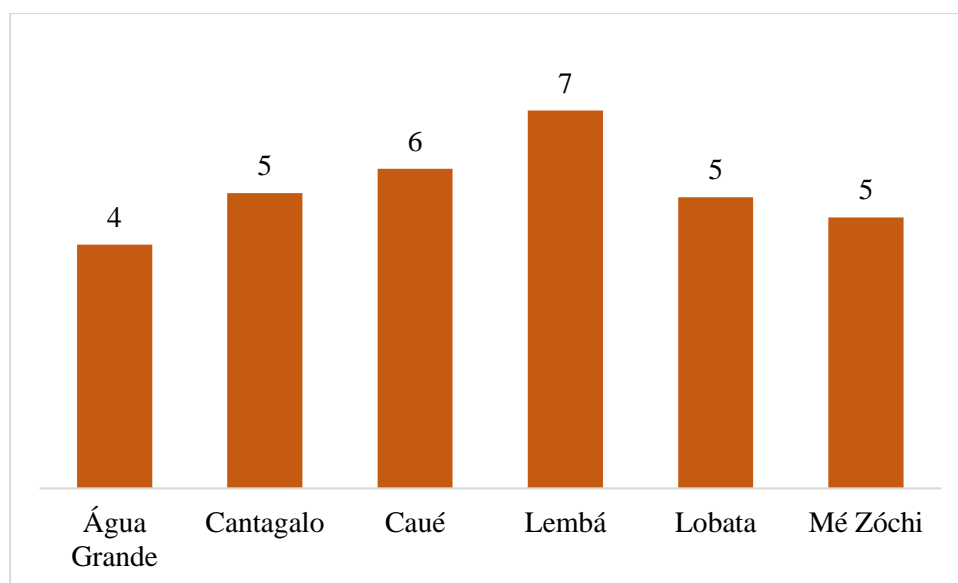


Figura 3 – Média do número de elementos do agregado familiar por distrito

Dos 106 produtores, 12 (11%) são casados, 32 (30%) são solteiros e 62 (59%) vivem acompanhados (Figura 4).

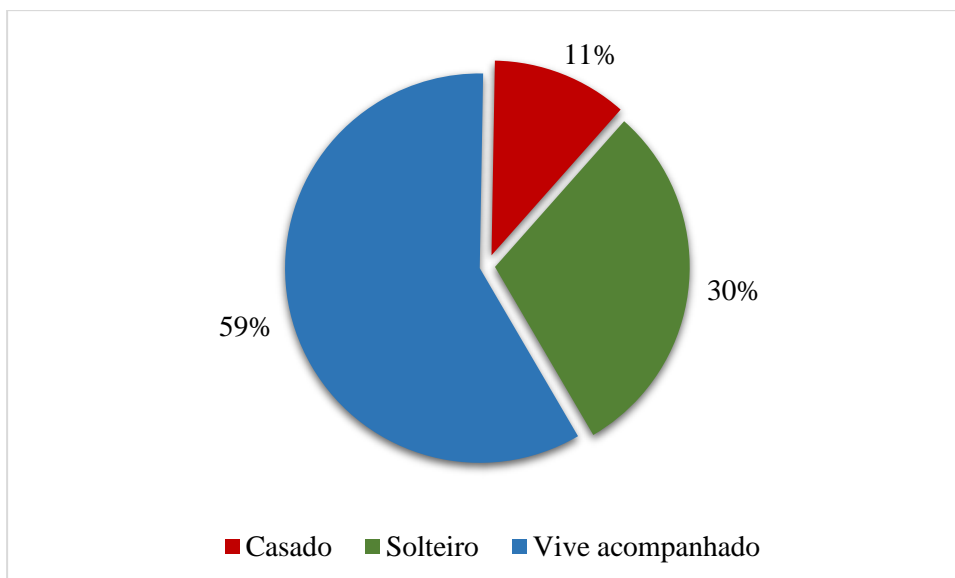


Figura 4 – Estado civil dos produtores

O grau de escolaridade foi outra variável analisada: 8% dos produtores questionados não possuem qualquer grau de escolaridade, 16% têm a 4ª classe, 30% concluíram os seus estudos até à 6ª classe e 18% conseguiram terminar a 9ª classe. Por sua vez, apenas 10% dos produtores, concluiu com sucesso o ensino secundário, 16% concluíram a licenciatura e, só 2% conseguiu obter o grau de mestre (Figura 5). A maioria dos produtores tem um baixo grau de escolaridade, o que indica a sua falta de formação.

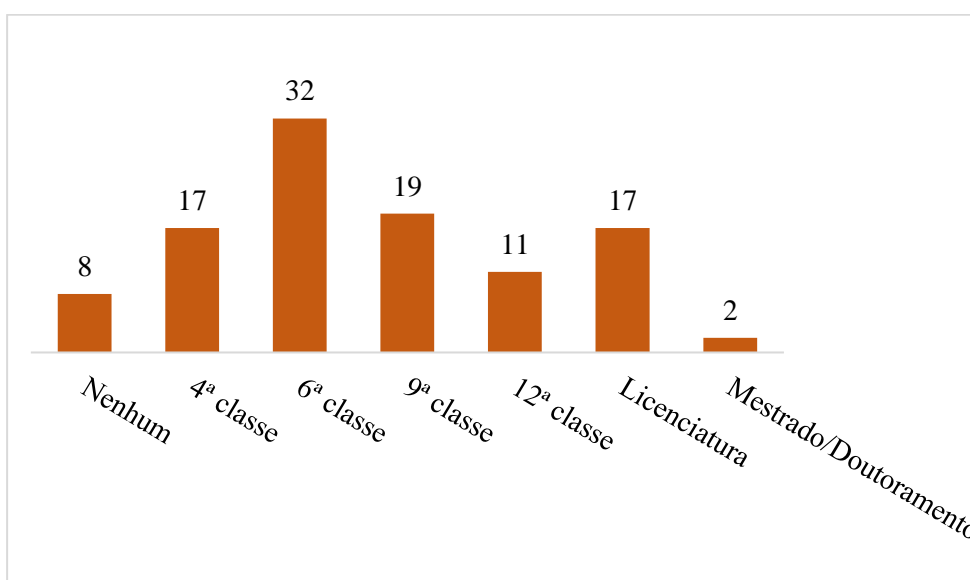


Figura 5 – Grau de escolaridade dos produtores inquiridos

A maioria dos criadores inquiridos possui atividade profissional, seja por conta própria ou conta de outrem. Dos 106 produtores inquiridos, 55% tem atividade por conta própria, 33% por conta de outrem e 2% estão a trabalhar em empresa/negócio de família. Ainda, 7% destes estão desempregados, mas à procura de emprego, 1% e 3% são estudantes e reformados, respetivamente (Tabela 2).

Tabela 2 – Situação Profissional dos produtores questionados

Situação Profissional	Nº Produtores	Frequência Relativa (%)
A trabalhar em empresa/negócio de família	2	2
Conta de outrem	35	33
Conta própria	58	55
Desempregado à procura de emprego	7	7
Estudante	1	1
Reformado	3	3
Total	106	100

A fonte de rendimento principal para 33 (31%) dos criadores inquiridos é a agricultura, seguindo-se a produção pecuária com 31 (29%) e o setor público com 22 (21%). Estas são as fontes de rendimento mais importantes para os produtores inquiridos. Dos restantes produtores, 12 (11%) dedicam-se ao comércio, 2 (2%) dedicam-se ao setor dos serviços e, ainda, mais 2 (2%) dedicam-se ao comércio e prestação de serviços. E, por último, 4 (4%) produtores encontram-se distribuídos pelos seguintes setores: 2 criadores (2%) obtêm o seu rendimento através da pesca, 1 (1%) do ecoturismo e 1 (1%) da reforma (Figura 6).

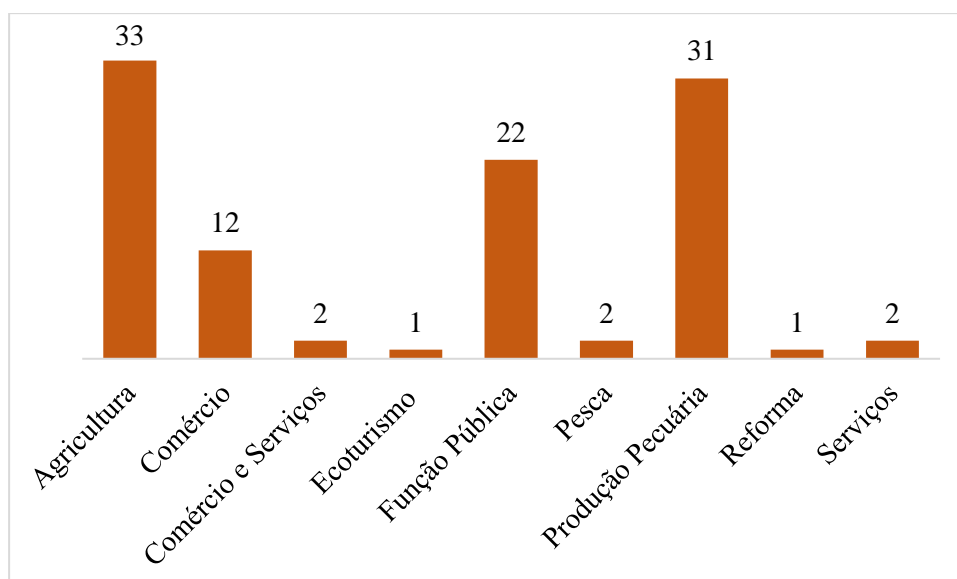


Figura 6 – Principal fonte de rendimento dos produtores

A percepção dos produtores relativamente ao rendimento disponível do seu agregado familiar não é a mais favorável, dado que 46% dos produtores inquiridos afirma que é difícil viver com o rendimento disponível e 15% que é muito difícil viver com o rendimento disponível. Dos restantes, 32% defende que o rendimento disponível dá para viver e, apenas, 7% declara que o rendimento disponível permite viver confortavelmente (Tabela 3). Desta forma, percebe-se que o poder de compra dos produtores pecuários é bastante reduzido e mais de metade dos produtores inquiridos afirma que é um desafio viver com o rendimento disponível.

Tabela 3 – Percepção relativa ao rendimento do agregado familiar

Rendimento do agregado familiar	Nº Produtores	Frequência Relativa (%)
É difícil viver com o rendimento disponível	49	46
É muito difícil viver com o rendimento disponível	16	15
O rendimento disponível dá para viver	34	32
O rendimento disponível permite viver confortavelmente	7	7
Total	106	100

4.2. Caracterização da produção

Diversas espécies animais são produzidas pelos produtores que responderam ao questionário. No entanto, as aves e os suínos são as espécies com maior destaque, visto que 49% dos

produtores possui galinhas poedeiras, galinhas nacionais, frangos de carne e patos e 37% dos produtores produz suínos. No setor da produção de aves, destaca-se o número de produtores que se dedicam à criação de galinhas poedeiras e galinhas nacionais, 25% e 12%, respectivamente. Os produtores de patos e frangos de carne correspondem ambos a 6% do total de produtores inquiridos. Os produtores de ruminantes, ovinos, caprinos e bovinos representam 14% do número total, sendo que 4%, 8% e 2% correspondem, respectivamente, aos produtores de ovinos, caprinos e bovinos (Tabela 4).

Tabela 4 – Número e percentagem de produtores que produz cada espécie animal

Espécies Produzidas	Nº Produtores	Frequência Relativa (%)
Galinhas Poedeiras	43	25
Galinhas Nacionais	21	12
Frangos de Carne	11	6
Patos	10	6
Suínos	65	37
Ovinos	7	4
Caprinos	13	8
Bovinos	4	2

Os produtores inquiridos não se dedicam apenas à produção de uma espécie, muitos produzem duas, três ou mais espécies. Os produtores que produzem apenas uma espécie representam 62% do total, enquanto 18% se dedicam à produção de duas espécies e 20% produzem três ou mais espécies (Figura A1).

No total, considerando todos os produtores abordados, são produzidas 30115 galinhas poedeiras, 352 galinhas nacionais, 4792 frangos de carne, 137 patos, 1514 suínos, 168 ovinos, 196 caprinos e, por último, 251 bovinos, totalizando 37525 animais (Tabela A1). O número médio de animais de cada espécie produzido por produtor foi calculado. Em média, os produtores de galinhas poedeiras possuem 700 bicos, os produtores de galinhas nacionais têm 17 bicos, enquanto os produtores de frangos de carne e patos criam, respectivamente, 436 e 14 animais. Por sua vez, os produtores de suínos têm, em média, 23 cabeças. Em contrapartida, os produtores de ruminantes possuem, em média, 24 ovinos, 15 caprinos e 63 bovinos (Tabela 5).

Tabela 5 – Número médio de animais produzidos por espécie e por produtor

Espécies produzidas	Número de animais	Nº Produtores	Nº médio de animais produzidos por espécie e por produtor
Galinhas Poedeiras	30115	43	700
Galinhas Nacionais	352	21	17
Frangos de Carne	4792	11	436
Patos	137	10	14
Suínos	1514	65	23
Ovinos	168	7	24
Caprinos	196	13	15
Bovinos	251	4	63

De acordo com os dados fornecidos pelos produtores, 81% destes dedica-se à produção animal para obter carne e ovos, enquanto 52% produzem animais para obter carne e 29% para obter ovos. Apenas 6% dos produtores cria animais para autoconsumo. A melhoria do rendimento e a manutenção de negócio de família são motivos para produzirem animais para 4% dos criadores. Ainda, 2% dos produtores afirma que produz determinada espécie por questões de preferência, enquanto 1% afirma que produz determinadas espécies, pois foram estas as espécies com as quais foram beneficiados pelos projetos desenvolvidos aquando da criação da cooperativa. Existem ainda 3 produtores que produzem para vender os animais como reprodutores, para ganhar status perante outros membros da sociedade e devido à facilidade em obter o alimento na sua roça, ou seja, não depende de fontes externas para alimentar os seus animais, correspondendo a 0,7% cada uma das opções mencionadas (Figura 7).

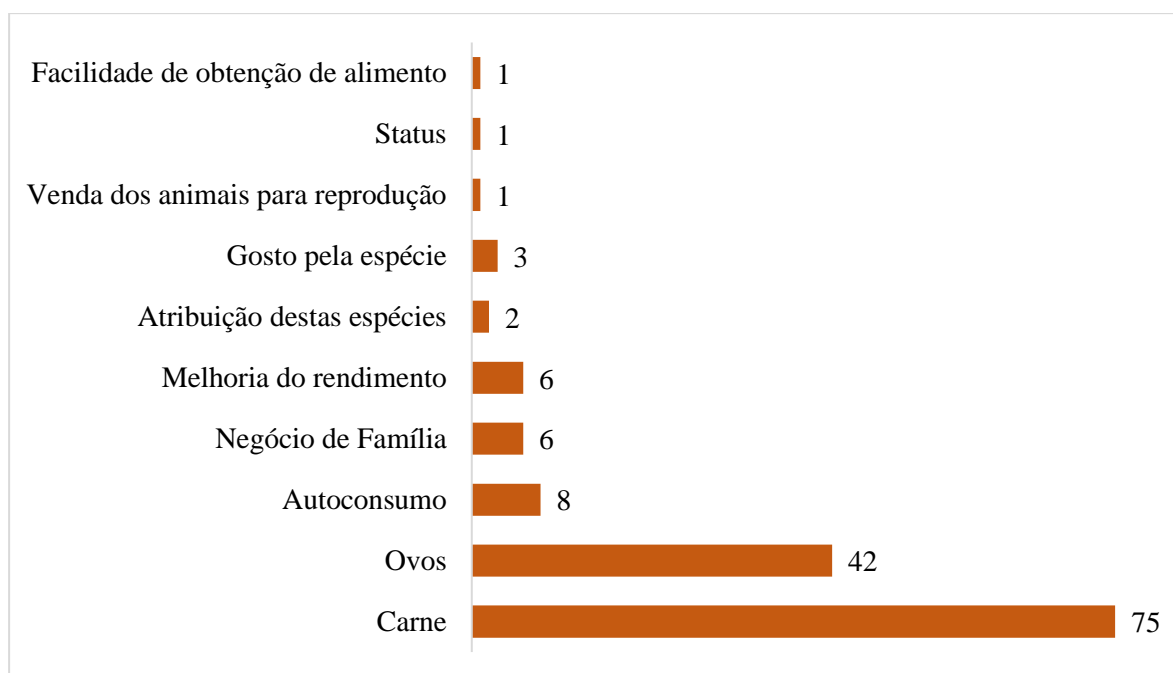


Figura 7 – Principais motivos dos produtores na escolha de determinada espécie para produção

Por fim, em média, os produtores pecuários estão ativos no setor há 11 anos.

No que diz respeito ao nível de produção da exploração, apenas 26% dos criadores concorda completamente que a sua exploração tem um nível de produção elevado contra 21% que discorda totalmente. Quando questionados sobre as melhores práticas de manejo relativas à sua atividade, 21% e 68% dos produtores afirma, respetivamente, concordar ou concordar completamente com a afirmação apresentada. Relativamente à alimentação, 32% dos criadores afirma ter dificuldade em alimentar os seus animais, 16% vai-se organizando para arranjar alimento, enquanto 52% afirma não ter qualquer dificuldade.

Relativamente à questão de prevenção e tratamento de doenças, quando questionados os produtores afirmam não ter um plano de tratamento sanitário (39%), 8% têm um plano improvisado e 52% afirmam ter um plano de tratamento sanitário. Ainda, são muitos os produtores que não implementam práticas de prevenção de doenças, apenas tratam os animais quando estes estão doentes, o que pode levar à sua morte, caso a resposta ao tratamento não seja imediata, causando danos financeiros consideráveis. Ainda para mais, cerca de 25% dos criadores não tem facilidade em identificar sintomas de doenças e, além disso, 45% dos criadores não consegue obter os medicamentos necessários para o tratamento dos animais, dificultando, portanto, todo o processo de tratamento.

Considerando o ramo financeiro da produção, 33% não controla nem os gastos nem as receitas do seu negócio, 7% vai fazendo um controlo precário e 60% controla com qualidade os valores do seu negócio. No entanto, quando se pergunta se as receitas cobrem os custos de produção, 40% dos produtores concorda, ao contrário de 46% dos produtores que gasta mais do que o que recebe, restando 14% que afirma que os gastos às vezes são superiores, outras vezes são inferiores às receitas geradas, ou seja, vão-se equilibrando.

4.3.Caraterização do impacto da adesão às cooperativas

Os produtores que participaram no estudo pertencem a 24 cooperativas/associações, sendo que 5 destas pertencem à zona norte, 8 pertencem à zona centro e, por fim, 11 estão localizadas na zona sul da ilha (Tabela A2).

Os produtores identificaram várias razões para se associarem a uma cooperativa ou associação, salientando-se: o acesso a conhecimento e formação técnica sobre o maneio e a produção animal (37%), obter crédito com maior rapidez e facilidade (34%) e querer interagir com outros produtores e participar nas atividades desenvolvidas (30%). Ainda 28% dos produtores destacaram como principal motivo, a obtenção de matérias-primas necessárias para a alimentação animal, estando de acordo com as conclusões de Ahmed e Mesfin (2017). Além disso, 18% afirmaram que pretendiam melhorar os seus rendimentos devido ao acesso facilitado aos mercados para venda dos produtos e 17% dos produtores associam-se às organizações de produtores com o objetivo de aceder mais facilmente aos mercados para escoamento dos seus produtos. Por outro lado, 11% dos produtores motivaram-se a participar para promover o desenvolvimento da comunidade a que pertencem, 5% porque foram convidados pelo presidente da organização e 4% dos produtores queria obter os animais. Por fim, opções como: aumentar a credibilidade como produtores perante a comunidade, ter uma atividade profissional e partilha de atividades entre criadores, totalizam 6%, sendo que cada opção representa 2% da escolha dos produtores. Ainda, 4% dos produtores afirmam que os motivos pelos quais se juntaram a uma cooperativa centram-se no acesso a assistência técnica e acesso a medicamentos, na continuação do negócio de família e no aumento de produção, representando cada uma das opções, 1% (Tabela 6).

Tabela 6 – Principais razões dos produtores para se associarem numa cooperativa

Opção	Nº Produtores	Frequência Relativa (%)
Eu juntei-me devido à interação social e atividades desenvolvidas	32	30
Eu queria ter acesso ao conhecimento e formação técnica sobre o manejo e a produção animal	39	37
Eu queria obter as matérias-primas necessárias para a alimentação animal	30	28
Eu queria aceder mais facilmente aos mercados para escoar os meus produtos	18	17
Eu queria obter crédito com maior rapidez e facilidade	36	34
Eu queria melhorar os meus rendimentos devido ao acesso facilitado aos mercados para vender os produtos	19	18
Eu fui convidado (a) pelo presidente	5	5
Acesso a assistência técnica	1	1
Acesso a medicamentos	1	1
Partilha de atividades entre produtores	2	2
Desenvolvimento da comunidade	12	11
Continuar o negócio da família	1	1
Acesso a animais	4	4
Ter uma atividade profissional	2	2
Aumentar a produção	1	1
Aumentar a credibilidade como produtor junto da comunidade	2	2

Portanto, percebe-se que 32% dos produtores apresentam apenas um motivo para se associar numa cooperativa, 32% apresentam 2 motivos e 36% dos produtores inquiridos destacam três motivos para se juntarem numa organização de produtores (Figura A2).

No entanto, quando os produtores são questionados sobre qual o principal motivo para se associarem numa organização de produtores, 33% responde que se associou de modo a conseguir obter todos os serviços necessários à produção, como os alimentos, material para inseminação artificial, serviços veterinários e de crédito, entre outros. Dos 106 produtores, 25% afirmam que se associaram a uma cooperativa para ter oportunidade de partilhar conhecimento

técnico e 17% associaram-se para contribuir para o desenvolvimento da comunidade. Ainda, 16% dos criadores motivaram-se a fazer parte de uma organização de produtores para melhorar os seus rendimentos (8%) e garantir a estabilidade dos preços dos seus produtos e o acesso aos mercados (8%). Dos 4% restantes, 3% afirmam que o principal motivo para se associarem à cooperativa foca-se no aumento da produção e 1% foca o acesso a formações técnicas. Na Tabela 7, podemos observar esta informação com mais detalhe.

Tabela 7 – Principal motivo para os produtores fazerem parte de uma cooperativa

Opção	Nº Produtores	Frequência Relativa (%)
Ser membro da cooperativa garante a estabilidade dos preços e o acesso facilitado aos mercados	9	8
Ser membro da cooperativa permite obter todos os serviços necessários à produção – alimentação animal, inseminação artificial, serviços veterinários, serviços de crédito, etc.)	35	33
Ser membro da cooperativa garante a obtenção de lucro	5	5
Serviços de formação técnica são assegurados pela cooperativa	1	1
Os membros têm a oportunidade de partilharem conhecimento técnico	26	25
Ser membro da cooperativa garante o recebimento de dividendos	0	0
Aumento da produção	3	3
Caráter social/Desenvolvimento da comunidade	18	17
Melhoria do rendimento	9	8

Relativamente à questão: “Gostaria que a cooperativa lhe fornecesse mais informação?”, 81% dos produtores afirmou que sim, enquanto 19% disse que não. Dos produtores que declararam que sim, 60% identificaram a área de “Identificação, tratamento e prevenção de doenças” como a área que gostariam de ter mais conhecimento seguida de 54% para a opção de melhoria da produção em quantidade. Ainda, 25% dos produtores afirmaram que o tema da nutrição animal é uma área de interesse, 23% gostariam de ter mais informação relativamente ao preço dos animais, enquanto 16% gostariam de saber mais sobre a saúde pública e 15% gostariam de ter mais informação sobre reprodução animal e inseminação artificial e 13% queriam ter oportunidade de conhecer mais sobre políticas governamentais. Por outro lado, 11% dos

produtores gostariam de saber mais sobre recolha de dados e 6% dos produtores sobre outras áreas onde se inclui a produção de alimentos, o controlo financeiro da cooperativa, o abate e desmancha, a produção de leite e derivados, o funcionamento da cooperativa e a gestão do negócio (Figura 8).



Figura 8– Áreas nas quais os produtores gostariam de obter mais informação

A maioria dos produtores que responderam ao questionário afirmaram que não têm a visita regular de um técnico profissional (61%) enquanto 39% respondeu que tem. Esta conclusão vai contra os dados recolhidos por Ofori et al. (2019) e Kampmann e Kirui (2021), que afirmam que membros da cooperativa têm maior facilidade em aceder a serviços técnicos. De acordo com 42% dos produtores os responsáveis da cooperativa não visitam a sua exploração, ao passo que 58% afirmam que a sua exploração é visitada pelos membros da direção. Da mesma forma, 42% dos criadores declaram que outros membros da organização não visitam a sua exploração, ao mesmo tempo que 58% afirma que as suas explorações são visitadas por outros membros.

No que diz respeito à informação sobre os mercados, 38% dos produtores não recebeu informação sobre os mercados antes de decidir produzir, ao invés 62% consideraram-se bem informados a este respeito. Por outro lado, percebe-se que a maioria dos produtores recebeu informação sobre o mercado antes de decidir vender os seus produtos (83%), ficando apenas 17% dos produtores sem informação relativa ao mercado. Quando questionados sobre se “A cooperativa fornece informações atualizadas relativamente aos mercados?”, 54% dos produtores respondem sim e 46% diz que não. De outra forma, 60% dos produtores afirma que

a cooperativa fomenta a transmissão de informação entre os membros enquanto 40% afirma que não. Atualmente, 81% dos criadores afirma ter conhecimento dos preços praticados para os seus produtos nos diversos mercados em S. Tomé, o que se traduz num maior poder de negociação. Segundo 39% dos criadores a cooperativa tem o poder de limitar a flutuação dos preços, garantindo a venda do produto sempre ao mesmo preço, contribuindo para a estabilidade do mercado. Além disso, 60% dos produtores inquiridos confirmam que estas organizações procuram ativamente novos clientes para escoamento dos seus produtos como, por exemplo, restaurantes, hotéis, talhos ou outros estabelecimentos onde seja possível vender produtos de origem animal.

A nível da formação técnica que é fornecida aos produtores, 57% afirma que participou, nos últimos três anos em formações relacionadas com a sua atividade. No entanto, os restantes 43% não participou em qualquer formação técnica. Ainda, 56 (53%) produtores inquiridos declaram que a cooperativa à qual pertencem não promove formações técnicas, no entanto os restantes 50 (47%) afirmam que a cooperativa se empenha na promoção de formações. Neste caso, tem-se alguma dificuldade em corroborar os estudos de Kampmann e Kirui (2021); Manirakiza et al. (2020); Nhantumbo (2016) e Ofori et al. (2019), pois estes afirmam que os membros das cooperativas têm acesso a formação técnica, o que permite melhores resultados comparativamente com outros produtores. Neste caso específico, a falta de formações deve-se, principalmente, à falta de profissionais da área com conhecimento e disponibilidade para promoverem estas formações, além da falta de financiamento por parte da direção da pecuária e própria cooperativa para o desenvolvimento destas iniciativas.

Relativamente ao financiamento, 58% dos produtores não recorreu a crédito, uns por opção devido às taxas de juro muito altas, outros porque não tinham necessidade, enquanto 42% tiveram necessidade de recorrer a capital alheio. Dos que recorreram ao crédito, apenas 33% conseguiram o financiamento que necessitavam. O valor médio do crédito obtido é de 4066€. Quando questionados, os produtores sobre a cooperativa tornar o crédito mais acessível, 66% destes afirma que sim, enquanto 34% considera que não. Assim sendo, as conclusões de Kuch (2013); Manirakiza et al. (2020) e Ofori et al. (2019), que afirmam que é mais fácil aceder a crédito quando associados numa cooperativa, comprovam-se, também, neste estudo. No entanto, percebe-se que 67% dos criadores diz que a cooperativa não fornece crédito aos associados e, apenas, 33% diz que sim, o que corrobora os estudos de Bakengesa (2011) e Shava

e Hofisi (2019) que admitem existir dificuldade por parte das cooperativas em disponibilizar crédito aos seus membros devido à falta de recursos financeiros.

Quando questionados relativamente ao escoamento dos produtos produzidos, 62 (58%), produtores afirmam que vendem os seus produtos diretamente ao consumidor final, 58 (55%) vendem para intermediários que irão revender no mercado na capital do país e 38 (36%) produtores escoam os seus produtos para o supermercado. Estas são as três principais formas de escoamento dos produtos, no entanto 11 (10%) criadores, ainda, vendem para restaurantes e hotéis, 6 (6%) vendem nas feiras agrícolas e 3 (3%) produzem para autoconsumo, como assinalado na Figura 9. Desta forma, conclui-se que 51% dos produtores tem apenas 1 local para escoamento dos seus produtos, 35% utiliza 2 locais e 14% aproveita 3 ou mais locais para vender os seus produtos (Figura A3).

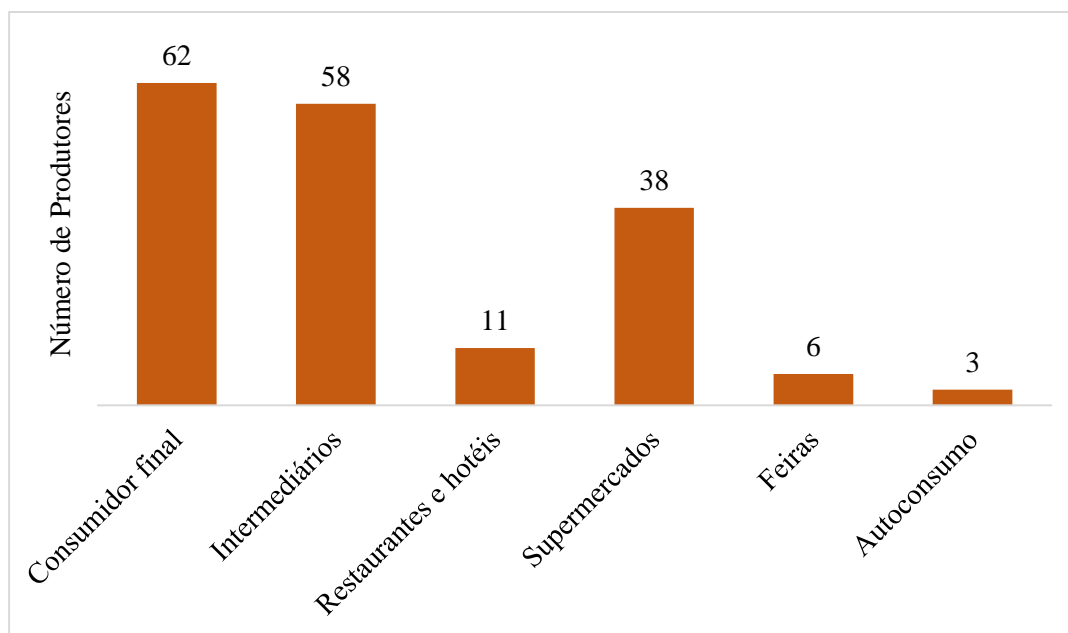


Figura 9 – Locais de escoamento dos produtos produzidos pelos membros da cooperativa

Considerando os dados obtidos, 83% dos produtores consegue vender, sem dificuldade, tudo o que produzem, 9% vendem a sua produção, mas com alguma dificuldade e os restantes 9% não conseguem escoar todos os seus produtos. Sabe-se, ainda, que 71% dos criadores conseguem escoar com maior facilidade os seus produtos por estarem associados numa cooperativa, concordando 64% que a cooperativa garante o acesso aos mercados para venda dos produtos, resultados que estão em linha com os estudos de Ahmed e Mesfin (2017); Bolton (2019) e Kuch

(2013). Desta forma, 63% dos produtores afirmam que estão satisfeitos com o preço praticado para os seus produtos nos mercados são-tomenses.

Os produtores afirmaram que existem vários critérios a ser correspondidos para se fazer parte de uma cooperativa/associação. Dos 106 criadores inquiridos, 64% defendem que existem 4 ou mais requisitos a ser cumpridos para fazer parte da associação a que pertencem, 21% afirmam que existem 3 requisitos, enquanto 16% dizem que existem apenas 2 requisitos (8%) ou 1 requisito (8%) a serem cumpridos para se pertencer a uma associação/cooperativa (Figura A4). Estes requisitos baseiam-se em pagar a taxa de inscrição e as quotas, 98 e 96 produtores (92% e 91%, respetivamente), concordaram que são dois dos principais critérios. Ainda, 84 criadores (79%) identificaram o respeito pelas regras da organização e 78 produtores (74%) assinalaram possuir animais, como critérios para fazer parte das cooperativas a que pertencem, como registado na Figura 10.

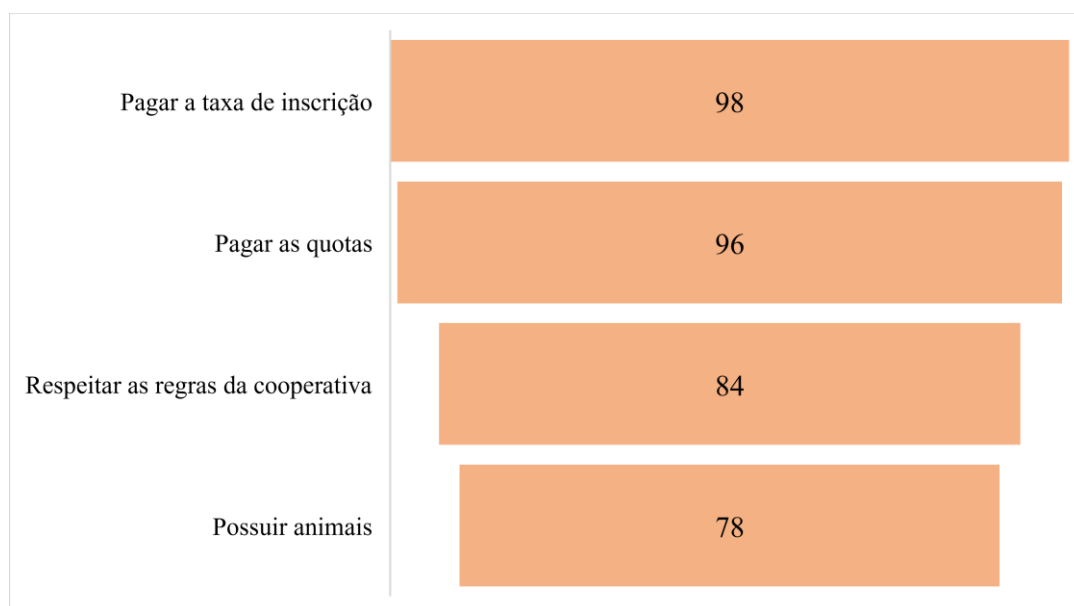


Figura 10 – Requisitos assinalados pelos produtores para serem membros de uma cooperativa

Quando foi pedido aos produtores para identificarem os benefícios que tinham por estarem associados numa organização de produtores, estes realçaram a melhoria do rendimento obtido (32%), tal como Bolton (2019) e Kuch (2013); o aumento do número de animais (28%), o acesso a serviços veterinários, medicamentos e vacinas (22%), como comprovado por Kampmann e Kirui (2021) e Ofori et al. (2019), o aumento da produtividade (21%), como sugere Bolton (2019), o acesso a produtos para alimentação animal de melhor qualidade (21%),

a obtenção de informação mais precisa e fiável (20%), o acesso ao mercado e o pagamento garantido para os seus produtos (15%), o acesso a conhecimento técnico e formações (12%), o aumento do preço dos produtos (7%), o acesso a inseminação artificial (2%) e, por último o acesso a crédito (1%). Existem, ainda, 48% de produtores que melhoraram as suas infraestruturas destinadas à produção e 44% que fizeram melhorias no alojamento dos animais, após se associarem à cooperativa. Não obstante, existe um grupo de 28 produtores, correspondem a 26% do número total, que afirmam que não tiveram qualquer benefício por fazer parte de uma cooperativa. Na Tabela 8 estão assinalados os diversos benefícios assinalados pelos produtores membros.

Tabela 8 – Benefícios referidos pelos membros da cooperativa

Opção	Nº Produtores	Frequência Relativa (%)
Mercado e pagamento garantido para os seus produtos	16	15
Aumento do preço dos produtos	7	7
Serviços veterinários (por exemplo, medicamentos e vacinas)	23	22
Produtos para alimentação animal de melhor qualidade	22	21
Acesso a inseminação artificial	2	2
Melhoria do rendimento obtido	34	32
Obtenção de informação mais precisa e fiável	21	20
Aumento da produtividade	22	21
Aumento do número de animais	30	28
Acesso a conhecimento técnico e formações	13	12
Acesso a crédito	1	1
Nenhum	28	26

Assim, 26% do número total de produtores afirmam não existir qualquer benefício ao ser membro de uma cooperativa/associação, 26% identificam apenas 1 benefício, 23% dos produtores identificaram 2 benefícios e, por fim, 25% dos criadores identificaram 3 ou mais benefícios por serem membros de uma estrutura organizada (Figura A5). Apesar de vários produtores afirmarem que não têm qualquer benefício, 81% estão conscientes das oportunidades que surgem por estarem associados numa organização de produtores.

Além dos benefícios assinalados, os criadores identificaram vários desafios que todos os dias enfrentam: o vandalismo e o roubo afeta a atividade de todos os produtores, segue-se a falta de

capital para 60% dos produtores, 56% apresentam como dificuldade o custo elevado e a disponibilidade de alimentos para fornecer aos animais, 43% assinalam a falta de assistência técnica e 42%, a instabilidade dos preços. Dos restantes produtores, 38% afirmam que a presença de doenças e parasitas é um desafio a ultrapassar, 37% referem a falta de formação técnica e 31% destacam a falta de mão de obra. A incidência de doenças, a falta de formação técnica e o custo elevado dos alimentos são os desafios também assinalados por Bakengesa (2011) e Molla (2021) nas suas pesquisas. Ainda, 27% referem a escassez de água, 23% a instabilidade na entrega dos animais para produção, 22% realçam a escassez de espaço/terreno, 8% dos produtores selecionam a falta de infraestruturas, materiais e equipamentos necessários à produção, tal como sugerido por Molla (2021) e Shava e Hofisi (2019). Enquanto 2% referem a falta de medicamentos e 1% a dificuldade de acesso ao alojamento dos animais, devido aos acessos de má qualidade. Na Tabela 9 são descritos, com mais detalhe, estes dados.

Tabela 9 – Desafios identificados pelos produtores na sua exploração pecuária

Opção	Nº Produtores	Frequência Relativa (%)
Disponibilidade e custo elevado dos alimentos para os animais	59	56
Escassez de água	29	27
Escassez de espaço / terreno	23	22
Falta de capital	64	60
Falta de mão de obra	33	31
Instabilidade dos preços	45	42
Instabilidade na entrega dos animais para produção	24	23
Presença de doenças e parasitas	40	38
Falta de assistência técnica	46	43
Falta de formação técnica	39	37
Vandalismo e roubo	106	100
Falta de infraestruturas e materiais/equipamentos necessários à produção	8	8
Falta de medicamentos	2	2
Acessos ao alojamento dos animais de má qualidade	1	1

Relativamente à questão “A cooperativa melhorou a sua qualidade de vida e do seu agregado familiar?”, 57% dos produtores responderam sim, no entanto 43% dos produtores afirmaram que não. Os produtores que afirmaram que a cooperativa melhorou a sua qualidade de vida identificaram algumas razões, apresentadas de seguida. A principal razão destacada pelos

produtores é o aumento do rendimento obtido, no entanto este deriva de vários fatores tais como: o aumento de produção, em linha com os estudos de Manirakiza et al., (2020) e Nhantumbo (2016), a facilidade em obter os animais, tal como conclui Kuch (2013), contribuindo para o aumento do efetivo, que conseqüentemente, vai contribuir para o aumento da produção, a melhoria de conhecimento e formação técnica, o controlo sobre o mercado e sobre o maneio dos animais na exploração, o aumento da produtividade, a facilidade em obter crédito, acesso a matérias-primas a preços mais baixos, a promoção de partilha de experiências entre membros e o acesso a assistência técnica, o que conduz à melhoria da produção e novas oportunidades de emprego que surgiram através da cooperativa, tal como demonstram os estudos de Molla (2021) e Ofori et al. (2019). Ainda, se destaca a criação de novos negócios, negócios próprios, como sugere Ogbodo et al. (2022), permitido pelo aumento do rendimento através da participação do produtor na cooperativa, o que lhe permite vender os seus próprios produtos num local mais próximo da sua habitação, em vez de ter de se deslocar todos os dias à cidade bem cedo para vender.

Por outro lado, 84% dos produtores acredita que as cooperativas desempenham um papel fundamental na melhoria das condições de vida dos membros, enquanto 16% afirma que não tem qualquer impacto. As principais razões apresentadas pelos produtores para as cooperativas terem um impacto positivo na melhoria das suas condições de vida são as seguintes: esta estrutura torna o mercado mais organizado, diminuindo a oscilação dos preços, garante o acesso a produtos de melhor qualidade para consumo, permite a aquisição de novos eletrodomésticos, que contribuem para a conservação dos alimentos, e de outros bens essenciais, garantindo uma melhoria na alimentação, pois existe maior variabilidade de alimentos. Além disso, também garante a educação dos filhos dos produtores, permitindo, através do aumento do rendimento, a matrícula e contribui para a melhoria das condições de habitação dos produtores, como afirma Manirakiza et al. (2020) na sua pesquisa.

No que diz respeito ao impacto causado pela cooperativa na melhoria das condições de vida de produtores não membros, 91% dos produtores inquiridos dizem que não existe melhoria das condições de vida para quem não é membro. Os 9% que defendem que sim, baseiam-se na colocação de produtos com melhor qualidade no mercado que todos podem consumir, garantindo uma alimentação mais diversificada, acesso a produtos a preços mais acessíveis, comprados diretamente na cooperativa, tal como referido por Kuch (2013), tanto membros

como não membros. Além disso, em caso de necessidade, os produtores membros prestam apoio aos não membros, seja este financeiro, técnico, etc.

Ainda, as cooperativas como referido por Kuch (2013), contribuem positivamente para a sociedade, algumas destas prestavam apoio a jardins de infância e escolas, faziam cabazes para atribuir aos idosos mais isolados e ajudavam na renovação dos centros sociais locais. Além de permitir a toda a comunidade aceder a produtos pecuários com qualidade e com maior variabilidade e a preços mais acessíveis.

De acordo com as respostas dos criadores inquiridos, 84% destes participa nas reuniões e tomadas de decisão. Os 16% afirmaram não participar nas reuniões, justificaram-no pela falta de disponibilidade e por não terem conhecimento da existência da reunião.

Por outro lado, a maioria dos produtores está consciente que a cooperativa é uma mais-valia, concordando 68% que esta estrutura serve como representante junto dos órgãos governamentais de modo a lutar pelos interesses dos seus membros, tal como nos indica o estudo de Parnell (2001). Ainda, 65% dos produtores inquiridos concordam que todos os serviços prestados pela cooperativa satisfazem as suas necessidades.

5. Conclusão

De acordo com os resultados obtidos percebe-se que existe um impacto positivo das cooperativas pecuárias na vida dos criadores associados. Estes identificaram diversos benefícios desde a melhoria do rendimento obtido e a facilidade de obtenção de animais e medicamentos até ao aumento da produtividade e melhoria das infraestruturas destinadas à produção.

Além disso, muitos criadores veem a cooperativa como uma mais-valia no sentido de através desta conseguirem ter uma voz ativa junto dos órgãos governamentais lutando pelos seus interesses e necessidades.

Os criadores afirmam que a cooperativa melhorou a sua qualidade de vida e identificam-na como uma estrutura fundamental na melhoria das suas condições de vida, pois permitiu o aumento do rendimento, contribuindo para a aquisição de novos eletrodomésticos e outros bens

essenciais, a melhoria da alimentação do seu agregado familiar e garantindo a educação, saúde e melhores condições de habitação para todos os membros da família. Estas organizações representam, também, um papel crucial para toda a comunidade fornecendo produtos de origem animal de boa qualidade e promovendo o seu desenvolvimento através de ações de carácter social.

No entanto, apesar das várias vantagens, todos os produtores referiram que o principal inconveniente em S. Tomé é o vandalismo e o roubo levando à desmotivação de continuar a criação. Por outro lado, a falta de recursos financeiros e o custo elevado dos alimentos para os animais está a tornar a atividade pecuária, como atividade profissional, uma impossibilidade para a maioria dos criadores.

Relativamente ao estudo, este teve múltiplos constrangimentos nas suas várias fases. Numa fase inicial, houve dificuldade na obtenção de informação sobre o setor pecuário e sobre as cooperativas (ativas e inativas), pois os registos são escassos e pouco fiáveis. Desta forma, é necessário que o país atualize e organize a informação relativa às estruturas existentes e a um setor tão importante, sendo importante a realização de um recenseamento agropecuário. Além disso, é também fundamental, do meu ponto de vista, melhorar o acompanhamento e formação dada aos produtores, sobre o trabalho em equipa e a importância de cumprir com o pagamento das quotas, pois sem isto as cooperativas não são viáveis a longo prazo.

Numa fase posterior de seleção dos produtores das diversas cooperativas, houve dificuldade na identificação dos que se encontravam no país. Neste ano de 2023, muitos habitantes são-tomenses viajaram e saíram do país à procura de melhores condições de vida, deixando a sua produção. Portanto, muitos produtores não foram inquiridos, pois não estavam no país.

Por outro lado, na recolha de informações houve alguma dificuldade em chegar fisicamente às explorações dos produtores, pois os acessos não são os melhores. O acesso às explorações tem que ser feito a pé ou de mota, mas a distância à estrada principal é considerável. É muito importante a requalificação dos acessos a estas zonas, pois além destas serem uma peça crucial ao nível da produção animal no país, os habitantes locais necessitam de chegar à cidade de forma cómoda e rápida, particularmente em situações de emergência.

É necessário, em estudos futuros, perceber qual o impacto dos órgãos de liderança da cooperativa no seu funcionamento e de que forma é que estes influenciam a participação e as vantagens para os produtores pecuários. Ainda, é fundamental perceber junto das cooperativas que fornecem crédito aos seus associados quais são os critérios para o fornecimento de crédito a um produtor, pois encontraram-se grandes desigualdades neste estudo. Além disso, por ter notado que existem muitas cooperativas no país, acredito que seja pertinente, em estudos posteriores, perceber quais as variáveis que influenciam a perpetuação das cooperativas no tempo e a sua sustentabilidade.

Referências bibliográficas

- Ahmed, M. H., & Mesfin, H. M. (2017). The impact of agricultural cooperatives membership on the wellbeing of smallholder farmers : empirical evidence from eastern Ethiopia. *Agricultural and Food Economics*, 5(6). <https://doi.org/10.1186/s40100-017-0075-z>
- Bakengesa, I. S. (2011). *Analysis of performances of smallholder dairy goat farmers cooperatives . A Case Study of three goat farmers cooperatives in Mpwapwa district, Tanzania*. Van Hall Larenstein University of Applied Sciences.
- Bolton, L. (2019). Economic impact of farming cooperatives in East Africa Question What is the evidence on the economic impact of cooperatives on farmers in East Africa? *Institute of Development Studies*.
<https://www.ilo.org/public/english/employment/ent/coop/africa/countries/eastafrica/kenya.htm>
- CEIC Data. (2021). *União Europeia PIB Per Capita*.
<https://www.ceicdata.com/pt/indicator/european-union/gdp-per-capita>
- Center for Cooperatives. (2023). *What is a Co-op?* <https://uwcc.wisc.edu/about-co-ops/>
- Costa, D. (2018). *FAO em São Tomé e Príncipe organiza debate temático sobre o cooperativismo em São Tomé e Príncipe*. <https://www.fao.org/sao-tome-e-principe/noticias/detail-events/pt/c/1145522/>
- Countryeconomy. (2021). *São Tomé e Príncipe - Índice de Desenvolvimento Humano*.
<https://pt.countryeconomy.com/demografia/idh/sao-tome-e-principe>
- DataBank World Development Indicators*. (2021).
<https://databank.worldbank.org/source/world-development-indicators>
- Dudovskiy, J. (2023). *Business Research Methodology*. Purposive Sampling. <https://research-methodology.net/sampling-in-primary-data-collection/purposive-sampling/>
- Elijah, R. (2021). *Cooperativas Agrícolas e Seus Tipos: Prós E Contras*.
<https://eos.com/pt/blog/cooperativas-agricolas/>
- Gomes, C., Tenjua, E., Paquete, H., & Dória, A. (2018). *República Democrática de São Tomé e Príncipe Revisão Estratégica “Fome Zero” – Horizonte 2030: Relatório Final*.
<https://docs.wfp.org/api/documents/WFP-0000070152/download/>
- International Cooperative Alliance. (2018). *Cooperative identity, values & principles*.
<https://www.ica.coop/en/whats-co-op/co-operative-identity-values-principles>
- International Fund for Agricultural Development. (2021). *Republic of São Tomé and Príncipe, Country Strategy Note 2019-2021*.

- Kampmann, W., & Kirui, O. K. (2021). *Role of farmers' organizations in agricultural transformation in Africa: Overview of continental, regional, and selected national level organizations* (No. 205; ZEF Working Paper Series).
- Kuch, K. K. (2013). *The role of multipurpose cooperatives in social and economic empowerment, in Gambela Town, Ethiopia*. Mekkle University.
- Mainza, N. O. (2022). Factors Affecting Income Generation Among Smallholder Farmers With Agricultural Cooperative Membership in Zambia. *Journal of Agribusiness and Rural Development*, 64(2). <https://doi.org/10.17306/j.jard.2022.01520>
- Manirakiza, D., Mulumeoderhwa, F., Maniriho, A., Ndimanya, P., & Lebailly, P. (2020). Impact of Farmers' Cooperatives on Socio-Economic Living Conditions of Rural Households in North of Burundi. *International Journal of Economics and Financial Issues*, 10(1), 150–158. <https://doi.org/10.32479/ijefi.8981>
- Molla, A. (2021). *Determinants of Dairy Cooperative Membership and Its Impact on Household Income : the Case of Machakel Woreda , Amhara Region , Ethiopia*. College of Agriculture and Environmental Sciences, Bahir Dar.
- Nhantumbo, D. D. (2016). *Impacto Socioeconomico das Associações Agrícolas . O caso das Associações Ligadas a União das Cooperativas Agrícolas de Maracuene*. Universidade Eduardo Mondlane.
- OECD/World Trade Organization. (2022). Sao Tome and Principe. In *Aid for Trade at a Glance 2022: Empowering Connected, Sustainable Trade* (pp. 162–163). OECD Publishing. <https://doi.org/https://doi.org/10.1787/41bf39ec-en>
- Ofori, E., Sampson, G. S., & Vipham, J. (2019). The effects of agricultural cooperatives on smallholder livelihoods and agricultural performance in Cambodia. *Natural Resources Forum*, 43(4), 218–229. <https://doi.org/10.1111/1477-8947.12180>
- Ogbodo, J., Okonwko, P. C., & Ezema, F. (2022). Agricultural Cooperatives and Income Generation for Farmers in Ebonyi State International Network Organization for Scientific Research Agricultural Cooperatives and Income Generation for Farmers in Ebonyi. *INOSR Arts and Humanities*, 8(1), 21–39.
- Palinkas, L. A., Horwitz, S. M., Green, C. A., Wisdom, J. P., Duan, N., & Hoagwood, K. (2015). Purposeful sampling for qualitative data collection and analysis in mixed method implementation research. *Administration and Policy in Mental Health*, 42(5), 533–544. <https://doi.org/10.1007/s10488-013-0528-y>.
- Parnell, E. (2001). *The Role of Cooperatives and other Self-Help Organizations in Crisis Resolution and Socio-Economic Recovery*. International Labour Office.

- Sarmiento, F. (2021). *São Tomé e Príncipe na construção de um Pacto Nacional para a Agroecologia*.
- Sarmiento, F., & Ferreira, J. (2021). *Diagnóstico Territorial da Agricultura Familiar em São Tomé e Príncipe*.
- Shava, E., & Hofisi, C. (2019). Cooperatives as strategies of local economic development in the City of Tshwane. *Journal of Contemporary Management*, 16(2), 23–42.
<https://doi.org/10.35683/jcm18028.0025>
- Sumelius, J., Bäckman, S., & Bee, F. K. (2021). *Agricultural Cooperatives and Their Role in Poverty Reduction in Tanzania*. 59–84.
- Syden, R., & Lee, M. (2016). Development of Agricultural Cooperative in Cambodia - Lessons from South Korea -. *Journal of Agricultural Extension & Community Development*, 23(2), 195–210. <https://doi.org/10.12653/jecd.2016.23.2.0195>
- Thesing, N. J., Brum, A. L., & Metogbe, M. (2022). Cooperativismo Agrícola: Uma prática coletiva para o desenvolvimento socioeconómico nos países da África Ocidental. *Desenvolvimento Regional Em Debate*, 12, 179–198.
- United Nations Development Programme. (2023). *Human Development Index (HDI)*.
<https://hdr.undp.org/data-center/human-development-index#/indicies/HDI>
- World Bank. (2018). *Inflation, consumer prices (annual %) - Sao Tome and Principe*.
<https://data.worldbank.org/indicator/FP.CPI.TOTL.ZG?locations=ST&view=chart>
- World Bank. (2019). *Employment in agriculture (% of total employment) (modeled ILO estimate) - Sao Tome and Principe*.
<https://data.worldbank.org/indicator/SL.AGR.EMPL.ZS?locations=ST>
- World Bank. (2021). *São Tomé e Príncipe*. <https://data.worldbank.org/country/sao-tome-and-principe?locale=pt>
- World Bank Group. (2022). *Macro Poverty Outlook*.

Apêndices

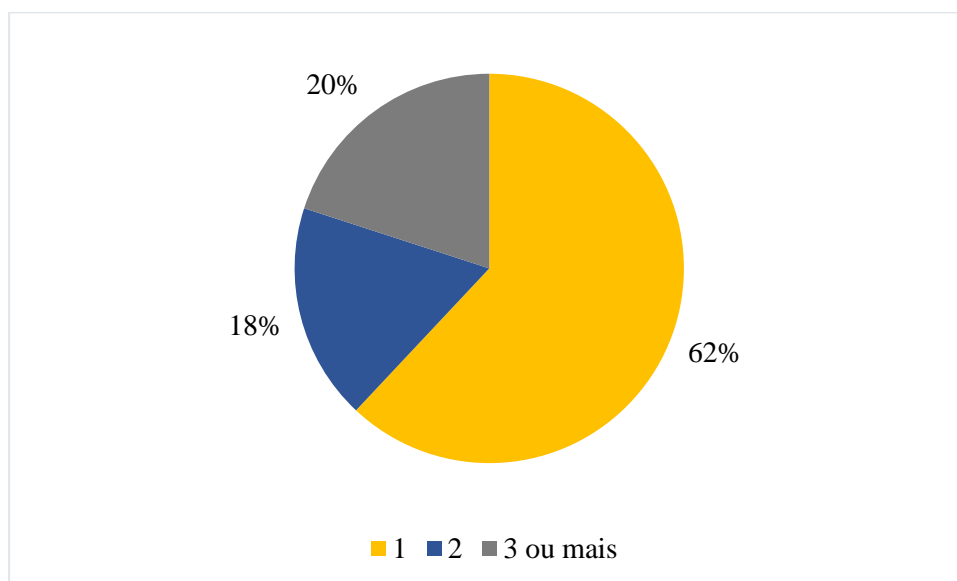


Figura A1 – Percentagem de produtores que produzem as diversas espécies animais

Tabela A1 – Número de animais produzidos pelos produtores inquiridos

Espécies produzidas	Número de animais
Galinhas Poedeiras	30115
Galinhas Nacionais	352
Frangos de Carne	4792
Patos	137
Suínos	1514
Ovinos	168
Caprinos	196
Bovinos	251
Total	37525

Tabela A2 – Lista de Cooperativas/Associações e número de produtores questionados em cada uma

Localização	Cooperativas/Associações	Nº Produtores
Centro	Associação Pequenos Criadores de Amparo II	4
Centro	CCASCOB	32
Centro	Cooperativa de Criadores de São Carlos	6
Centro	COOPAVE-STP	1
Centro	Cooperativa de Criadores de Bemposta	1
Centro	Associação Independência de Água Telha	1
Centro	Associação de Criadores de Java	1
Centro	Cooperativa de Criadores de Animais de Santa Cruz	4
Norte	Associação de Criadores de Neves	2
Norte	Associação de Criadores de Ponta Figo	6
Norte	Associação de Criadores de Planca II	7
Norte	Associação Sem Preguiça	1
Norte	Associação Djunta Mon Pa Num Cria	3
Sul	Associação de Criadores de Fundu Macutu da comunidade de Angra Toldo Praia	9
Sul	Associação Mulher Mengai	1
Sul	Associação de Palaiês e Pescadores de Angolares	1
Sul	Associação Balá	1
Sul	Cooperativa Côjá dá Mungô	1
Sul	Cooperativa de Criadores de animais de Colónia Açoreana	9
Sul	Associação de Criadores da comunidade de Dona Augusta	7
Sul	Cooperativa Produtores do Sul	1
Sul	Sociedade Agro Ngola, Lda	1
Sul	Cooperativa de Criadores de animais de São Lourenço	5
Sul	Associação Solidária Cão Grande	1
Total	24	106

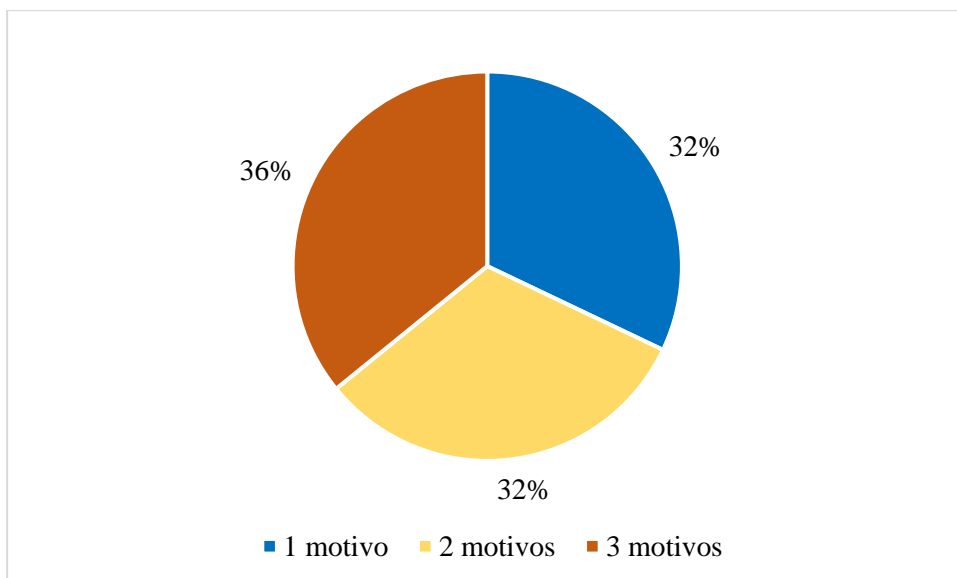


Figura A2 - Percentagem de produtores que apresenta 1 ou mais motivos para se associar a uma cooperativa

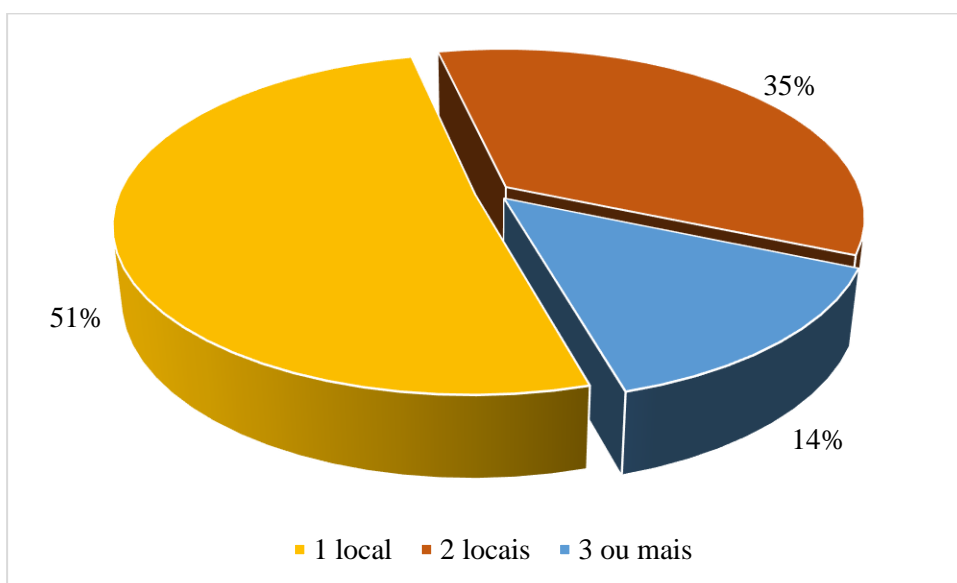


Figura A3 - Locais de escoamento dos produtos

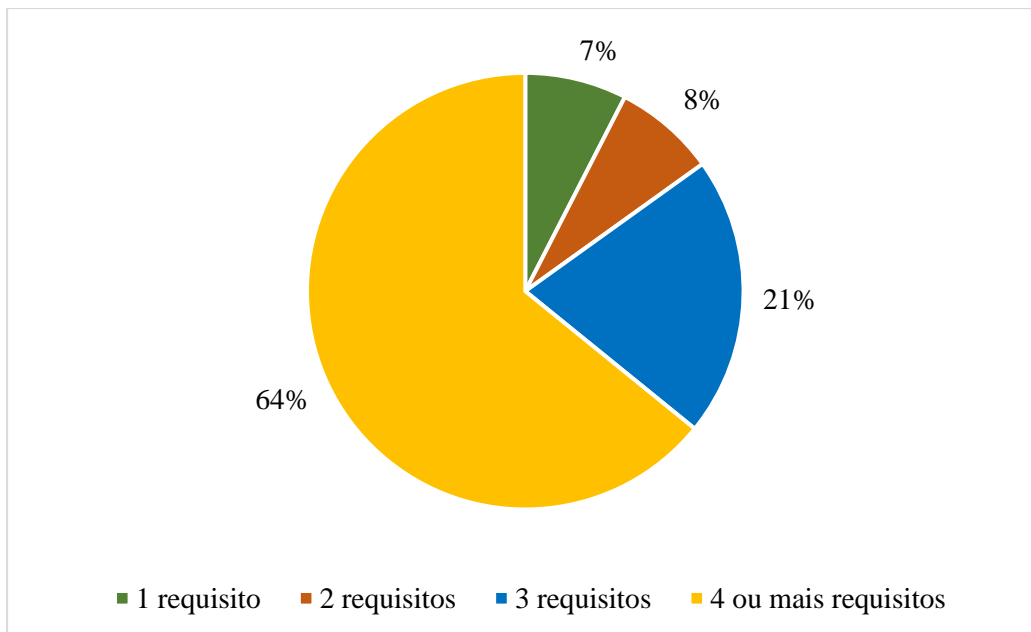


Figura A4 - Número de requisitos assinalados pelos produtores para integrar a cooperativa

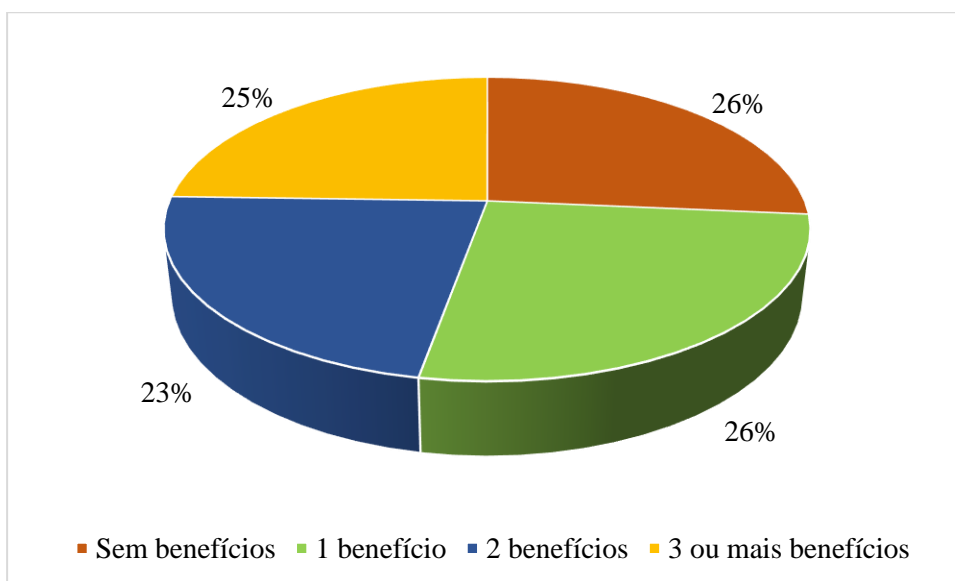


Figura A5 - Número de benefícios assinalados pelos produtores associados

Inquérito realizado aos produtores com o intuito de avaliar o impacto das cooperativas na sua qualidade de vida

Este inquérito é constituído por 29 perguntas, estando dividido em 3 partes: a primeira corresponde à identificação do (a) produtor (a), a segunda refere-se à produção e, por último, a terceira parte foca-se na recolha de informações relativas à adesão às cooperativas.

O presente inquérito tem o objetivo de avaliar o impacto da adesão às cooperativas na qualidade de vida dos produtores associados, percebendo se estes têm mais vantagens ao estar associados a estas estruturas ao invés de trabalharem individualmente.

1. N.º Inquérito _____

2. Data _____

Identificação do (a) Produtor (a)

3. Nome _____

4. Localização da Exploração _____

5. Idade _____ anos

6. Género

Masculino	Feminino

7. N.º elementos do agregado familiar _____

8. Estado civil

Solteiro	
Vive acompanhado	
Casado	

9. Grau de escolaridade

Nenhum	
1.º ciclo do ensino básico (4.ª classe)	
2.º ciclo do ensino básico (6.ª classe)	
3.º ciclo do ensino básico (9.ª classe)	
Secundário (12.ª classe)	
Licenciatura	
Mestrado/Doutoramento	

10. Situação profissional

A trabalhar por conta de outrem	
A trabalhar por conta própria	
A trabalhar em empresa/negócio de família	
Desempregado à procura de emprego	
Desempregado, mas não à procura de emprego	
Estudante	
Reformado	
Outra situação	

11. A produção pecuária é a fonte de rendimento principal?

Sim	Não

Se respondeu não, qual é a sua fonte de rendimento principal?

12. Perceção relativa ao rendimento do agregado familiar

O rendimento disponível permite viver confortavelmente	
O rendimento disponível dá para viver	
É difícil viver com o rendimento disponível	
É muito difícil viver com o rendimento disponível	

Informações sobre a produção

13. Assinale as principais espécies produzidas e indique o número de animais presentes na sua exploração?

	Bovinos	Ovinos	Suínos	Caprinos	Galinhas Poedeiras	Frangos de carne
Nº animais						

13.1. Qual é o motivo para produzir estas espécies?

Produção de leite	
Produção de carne	
Produção de ovos	
Negócio de família	
Status	
Outro	

Se respondeu outro, diga qual _____

14. Duração de atividade (anos) _____

Informações relativas à adesão à cooperativa

15. Assinale/Indique até 3 principais razões que o levaram a juntar-se a uma cooperativa?

Razão	Coloque X nas opções mais adequadas
Eu fui forçado a fazer parte da cooperativa	
Eu juntei-me devido à interação social e atividades desenvolvidas	
Eu queria ter acesso ao conhecimento e formação técnica sobre o manejo e a produção animal	
Eu queria obter as matérias primas necessárias para a alimentação animal	
Eu queria aceder mais facilmente aos mercados para escoar os meus produtos	
Eu queria obter crédito com maior rapidez e facilidade	
Eu queria melhorar os meus rendimentos devido ao acesso facilitado aos mercados para vender os produtos	

Se tem outra razão além das referidas acima, diga qual:

16. Gostaria que a cooperativa lhe fornecesse mais informação?

Sim	Não

16.1. Se sim, em qual das áreas apresentadas?

Área	Coloque X nas opções mais adequadas
Melhoria da produção em quantidade	
Identificação, tratamento e prevenção de doenças	
Nutrição animal	
Recolha de dados	
Reprodução animal e inseminação artificial	
Preços dos animais	
Saúde pública	
Políticas governamentais	

Se necessita de conhecimento noutra área, refira qual:

17. Assinale, numa escala de 1 a 5, o grau de concordância com as seguintes afirmações, onde 1 significa discordo completamente e 5 concordo inteiramente.

Afirmações	1	2	3	4	5
Os serviços prestados pela cooperativa satisfazem as minhas necessidades enquanto produtor					
Acredito que a cooperativa é eficiente a fornecer informação e formação técnica aos membros					
benefício de formações organizadas pela cooperativa que me permitem tornar num produtor profissional					
Através da cooperativa consigo obter mais facilmente ração, medicamentos e vacinas					
Através da cooperativa obtenho os animais para a minha exploração					
Por ser membro da cooperativa, o meu rendimento resultante da atividade pecuária é mais elevado					
Estou consciente das oportunidades que surgem por estar associado a uma cooperativa					
A cooperativa dispõe de todos os serviços necessários à minha atividade					
A cooperativa tem uma equipa de assistência técnica que visita regularmente os produtores com o objetivo de incentivar e melhorar a produção					
A cooperativa serve como representante, lutando pelos interesses dos produtores junto de órgãos governamentais e outros					
A cooperativa procura ativamente novos mercados para escoamento dos produtos					
Através da cooperativa consigo escoar com maior facilidade os meus produtos					
A cooperativa garante o acesso aos mercados para venda dos produtos					
A cooperativa limita a flutuação dos preços, garantindo a venda do produto sempre ao mesmo preço					
A cooperativa facilita o acesso ao crédito					
Tenho conhecimento acerca das melhores práticas de maneio inerentes à minha atividade					
A produção da minha exploração é elevada e está no nível desejado					
Consigo alimentar sem dificuldade todos os meus animais					
Possuo um plano de tratamento sanitário na minha exploração					
Tenho facilidade em identificar sintomas de doenças					
Tenho facilidade em obter os medicamentos necessários para o tratamento dos meus animais					
Faço o controlo dos gastos e das receitas regularmente					
Consigo sempre escoar a minha produção					
Conheço os preços praticados para os diferentes produtos nos diversos mercados existentes em STP					
Estou satisfeito com o preço dos meus produtos					

Conseguo cobrir os meus custos de produção com as receitas obtidas					
A minha produtividade aumentou depois de me associar à cooperativa					
Aumentei o meu efetivo (nº animais) após a minha associação à cooperativa					
Após a adesão à cooperativa as minhas infraestruturas destinadas à produção foram melhoradas					
Após a adesão à cooperativa as condições dos alojamentos dos animais foram melhoradas					

18. Acesso a serviços de assistência técnica

	Sim	Não
Tem a visita regular de um técnico profissional representante da cooperativa à sua exploração?		
Os responsáveis da cooperativa visitam a sua exploração?		
Outros membros da cooperativa visitam a sua exploração?		

19. Acesso a informação sobre os mercados

	Sim	Não
Recebeu informação sobre o mercado (preços e formas de escoamento) dos seus produtos antes de decidir produzir?		
Recebeu informação sobre o mercado antes de decidir vender os produtos?		
A cooperativa fornece informações atualizadas acerca do mercado para os seus produtos?		
A cooperativa fomenta a transmissão de informação sobre os mercados entre os produtores membros?		

20. Acesso a formações

	Sim	Não
Nos últimos 3 anos participou em alguma formação relacionada com a sua atividade pecuária?		
A cooperativa promove formações técnicas para os seus membros?		

21. Acesso a crédito

	Sim	Não
Sentiu necessidade de recorrer a crédito para financiar a sua atividade pecuária?		
Se respondeu sim à questão anterior, consegui obter o crédito de que necessitava?		
A cooperativa torna o crédito mais acessível?		
A cooperativa fornece crédito aos seus associados?		

Se obteve crédito, qual foi o seu valor, aproximadamente?

22. A quem vende os seus produtos?

Mercados	Coloque um X nas opções mais adequadas
Consumidor final	
Intermediários	
Restaurantes e hotéis	
Supermercados	
Outro	

Se respondeu outro, diga qual

23. Qual foi o principal motivo para se associar à cooperativa?

Razão	Coloque um X na opção mais adequada
Ser membro da cooperativa garante a estabilidade dos preços e o acesso facilitado aos mercados	
Ser membro da cooperativa permite obter todos os serviços necessários à produção – alimentação animal, inseminação artificial, serviços veterinários, serviços de crédito, etc.)	
Ser membro da cooperativa garante a obtenção de lucro	
Serviços de formação técnica são assegurados pela cooperativa	
Os membros têm a oportunidade de partilharem conhecimento técnico	
Ser membro da cooperativa garante o recebimento de dividendos	
Outro	

Se respondeu outro, diga qual

24. Quais foram os requisitos necessários para se tornar membro da cooperativa?

Requisitos	Coloque um X na opção mais adequada
Pagar a taxa de inscrição	
Pagar as quotas	
Respeitar as regras da cooperativa	
Possuir animais	
Outro	

Se respondeu outro, diga qual

25. Quais os benefícios que teve ao tornar-se membro da cooperativa?

Benefícios	Coloque um X na opção mais adequada
Mercado e pagamento garantido para os seus produtos	
Aumento do preço dos produtos	
Serviços veterinários (por exemplo, medicamentos e vacinas)	
Produtos para alimentação animal de melhor qualidade	
Acesso a inseminação artificial	
Melhoria do rendimento obtido	
Obtenção de informação mais precisa e fiável	
Aumento da produtividade	
Aumento do número de animais	
Outro	

Se respondeu outro, diga qual

26. Quais os principais desafios para a sua exploração?

Desafios	Coloque um X nas opções mais adequadas
Disponibilidade e custo elevado dos alimentos para os animais	
Escassez de água	
Escassez de espaço / terreno	
Falta de capital	
Falta de mão de obra	
Instabilidade dos preços	
Instabilidade na entrega dos animais para produção	
Presença de doenças e parasitas	
Falta de assistência técnica	
Falta de formação técnica	
Outro	

Se respondeu outro, diga qual

27. Acredita que a cooperativa melhorou a sua qualidade de vida e do seu agregado familiar?

Sim	Não

Se sim, diga de que forma

28. Acredita que a cooperativa desempenha um papel fundamental na melhoria das condições de vida dos produtores membros?

Sim	Não

E dos que não são membros?

Se sim, explique de que forma.

29. Como membro da cooperativa participa nas reuniões e nas tomadas de decisão?

Sim	Não

Se respondeu Não, explique porquê
